

The cover features a blue background with several overlapping geometric shapes. A large triangle on the right contains a woman in a white shirt with her arms crossed, a man in a suit looking at a digital data visualization, and a chef in a white uniform smiling next to a basket of bread. A large Brazilian Real banknote is partially visible at the bottom. The text is positioned on the left side of the cover.

Relatório especial

O Financiamento das MPE no Brasil

Setembro / 2017

SEBRAE

2017. © Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Informações e contatos

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae

Unidade de Gestão Estratégica – UGE

Núcleo de Estudos e Pesquisas

SGAS 605 – Conj. A – Asa Sul – Brasília/DF – CEP: 70200-645

Telefone: (61) 3348-7180 /Site: www.sebrae.com.br

Presidente do Conselho Deliberativo

Robson Braga de Andrade

Diretor-Presidente

Guilherme Afif Domingos

Diretora-Técnica

Heloisa Regina Guimarães de Menezes

Diretor de Administração e Finanças

Vinicius Lages

Unidade de Gestão Estratégica

Pio Cortizo

Gerente

Elizis Maria de Faria

Gerente Adjunta

Equipe Técnica

Marco Aurélio Bedê (coordenação)

Kennyston Costa Lago

Matheus Correa de Souza

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. O CONTEXTO INTERNACIONAL E OS PEQUENOS NEGÓCIOS	6
2. O CONTEXTO NACIONAL E OS PEQUENOS NEGÓCIOS.....	14
3. A RELAÇÃO DAS MPE COM O BNDES	19
4. A RELAÇÃO DAS MPE COM OS BANCOS PÚBLICOS.....	30
5. A RELAÇÃO DAS MPE COM OS BANCOS PRIVADOS NACIONAIS.....	32
6. A RELAÇÃO DAS MPE COM OS BANCOS PRIVADOS ESTRANGEIROS	34
7. PESQUISA “O FINANCIAMENTO DAS MPE NO BRASIL” (2017)	36
8. RESULTADOS DE OUTROS ESTUDOS E PESQUISAS.....	52
8.1- “Hábito de uso de produtos financeiros” como Pessoa Física (2015)	52
8.2- “Máquina de cartão” (2016)	55
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
Anexo 1 – Indicadores novos do BACEN sobre as MPE.....	61

INTRODUÇÃO

Há pelo menos 5 anos o Sebrae Nacional realiza pesquisas anuais sobre a questão do financiamento dos Pequenos Negócios. O principal objetivo desse trabalho é identificar como estes empreendimentos se financiam. O presente relatório procura apresentar os resultados da pesquisa mais recente, realizada em 2017, assim como sistematizar e analisar os resultados das séries históricas levantadas por este trabalho, entre 2013 e 2017. Além disso, o relatório apresenta um conjunto de dados, informações e análises que permitem ter uma visão mais ampla sobre a situação do crédito no Brasil, assim como a situação das Micro e Pequenas Empresas neste contexto. Para tanto, foram utilizados diversos indicadores disponibilizados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e os resultados de estudos e pesquisas de diversas organizações, tais como o Fórum Econômico Mundial (sigla em inglês *WEF*)¹, o Fundo Monetário Internacional (FMI)², a *Organization for Economic Cooperation and Development* (OECD), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)³, a *Federación Latinoamericana de Bancos* (FELABAN)⁴, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)⁵ e outros trabalhos do próprio Sebrae⁶.

No capítulo 1 é apresentada uma análise do Brasil no mercado financeiro internacional e os Pequenos Negócios neste contexto.

No capítulo 2 é apresentada uma análise da evolução do crédito bancário no Brasil e da participação dos Pequenos Negócios nesse mercado.

Nos capítulos 3, 4, 5 e 6, são feitas análises sobre a relação das Micro e pequenas Empresas (MPE) com segmentos específicos de bancos: relação das MPE com o Banco Nacional de

¹ *The Global Competitiveness Report 2016–2017*(2017), <https://www.weforum.org/reports/the-global-competitiveness-report-2016-2017-1>.

² *“Introducing a New Broad-based Index of Financial Development”*, IMF Working paper, January, 2016. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2016/wp1605.pdf>.

³ De PAULA (2017), “Inclusão Financeira de Pequenas e Médias Empresas no Brasil”. Relatório Final de Pesquisa CEPAL/Nações Unidas, junho 2017.

⁴ http://www.felaban.net/boletin_financiero_homologado.php

⁵ FIESP (2017), “Pesquisa de Acesso ao Crédito do BNDES”. Departamento de Competitividade e Tecnologia, FIESP, junho, 2017. <http://www.fiesp.com.br/observatoriodaconstrucao/boletim/pesquisa-de-acesso-ao-credito-do-bndes/>

⁶ Recentemente, o Sebrae produziu pelo menos três trabalhos que permitiram desenhar um contexto geral sobre o tema, a saber:

- Pesquisa “Financiamento dos Pequenos Negócios” (ago/2017), trabalho de pesquisa quantitativa realizado com foco na Pessoa Jurídica;
- Pesquisa “Hábitos de Uso de Produtos/Serviços Financeiros dos Empresários Brasileiros” (nov/15), trabalho de pesquisa quantitativa realizado com foco na Pessoa Física;
- Estudo “Máquina de cartão” (out/16), com foco no uso das maquininhas de pagamentos, por parte das MPE.

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com os bancos públicos, com os bancos privados nacionais e com os bancos privados estrangeiros.

O capítulo 7, o principal deste relatório, é reservado à análise dos resultados da última pesquisa do Sebrae Nacional sobre “Financiamento dos Pequenos Negócios”, realizado em 2017. Sempre que possível, são comparados os resultados da última pesquisa com as realizadas nos anos anteriores.

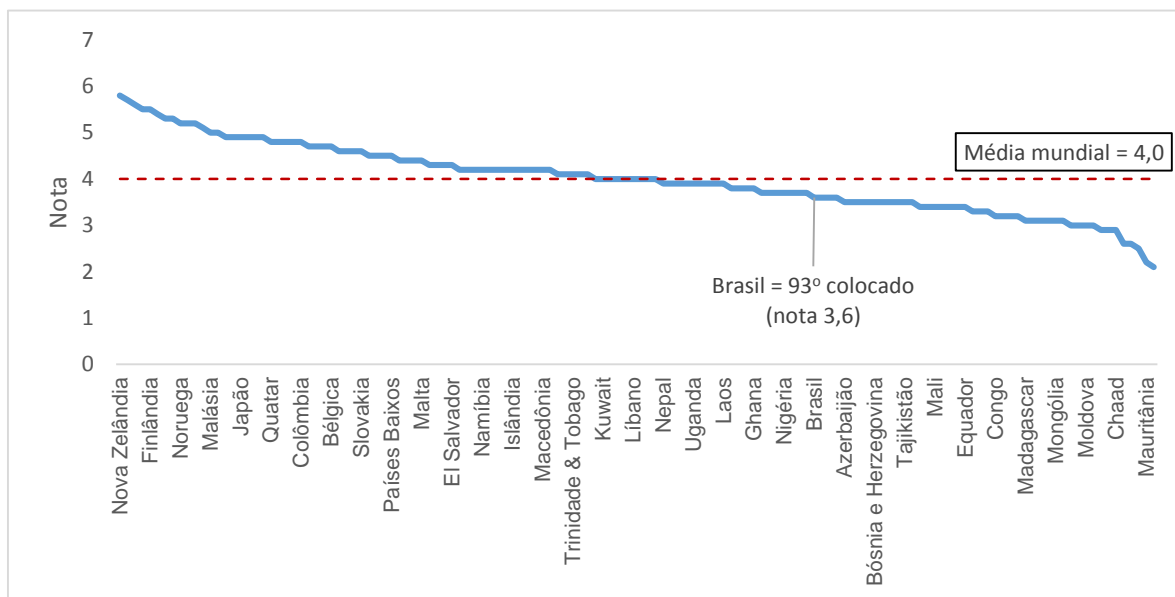
No capítulo 8, são sumarizados os resultados de outros dois trabalhos realizados pelo Sebrae Nacional, em áreas conexas ao tema principal deste relatório: (1) a relação dos empresários com os bancos, como Pessoa Física; e (2) o uso de máquinas de cartão pelas MPE.

Finalmente, no capítulo 9 são apresentadas as considerações finais.

1. O CONTEXTO INTERNACIONAL E OS PEQUENOS NEGÓCIOS

De acordo com o último relatório do Fórum Econômico Mundial (*World Economic Forum-WEF*), em uma lista de 138 países, o Brasil se encontra na 93ª posição no ranking do “Índice de Desenvolvimento do Mercado Financeiro” 2016-2017 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Ranking do “Índice de Desenvolvimento do Mercado Financeiro” – WEF (2016-2017)



Fonte: *World Economic Forum* (2016-2017).

Com uma nota média de 3,6 (Tabela 1), o Brasil está abaixo da média mundial (Nota 4). Também está atrás da maioria dos países da região da América Latina e Caribe (Tabela 2). Por exemplo, está atrás do Panamá (12ª posição), Guatemala (18ª), Chile (23ª), Colômbia (25ª), Peru (26ª), México (35ª), Honduras (36ª), Costa Rica (40ª), El Salvador (45ª), Uruguai (51ª), Paraguai (72ª) e Bolívia (76ª). Mas, está à frente do Equador (113ª), Nicarágua (114ª), Venezuela (124ª) e Argentina (127ª). Quando analisados os componentes do “Índice de Desenvolvimento do Mercado Financeiro”, verifica-se que, no caso brasileiro, o subitem melhor avaliado é a “solidez dos bancos” (na 38ª colocação geral)⁷. O item pior avaliado é a “acessibilidade à serviços financeiros” (na 131ª colocação geral)⁸. O índice de acessibilidade à serviços financeiros brasileiros é considerado o pior entre todos os países da América e Caribe (Tabela 2). Com base nisso, pode-

⁷ Item que trata da saúde financeira dos bancos (balanços sólidos), na avaliação dos executivos entrevistados.

⁸ Acessibilidade de empresas e da população à serviços financeiros, também na avaliação dos executivos entrevistados.

se dizer que, no Brasil, os bancos são considerados instituições relativamente sólidas, sob o ponto de vista financeiro, porém, o acesso da população e das empresas aos serviços financeiros é considerado muito limitado.

Tabela 1 – “Índice de Desenvolvimento do Mercado Financeiro” do Brasil, por subitens (posição no ranking 2016-2017 e nota)

		Colocação Geral	Nota
Índice de Desenvolvimento do Mercado Financeiro		93^a	3,6
	Índice de Eficiência	105^a	3,2
	Serviços financeiros atendendo às necessidades do negócio	92 ^a	3,9
	Acessibilidade à serviços financeiros	131 ^a	2,6
	Financiamento através do mercado de ações local	83 ^a	3,4
	Facilidade de acesso a empréstimos	85 ^a	3,6
	Disponibilidade de Venture Capital	95 ^a	2,5
	Índice de Confiança e Confiabilidade	78^a	4,1
	Solidez dos bancos	38 ^a	5,6
	Regulamentação das bolsas de valores	54 ^a	4,6
	Índice de proteção dos direitos legais	108 ^a	2,0

Fonte: *World Economic Forum* (2016-2017).

Tabela 2 – “Índice de Desenvolvimento do Mercado Financeiro”, países selecionados, por subitens (posição no ranking 2016-2017 e nota)

País	Panamá	Chile	Colômbia	México	Bolívia	Brasil	Venezuela	Argentina
Subitem/Posição	12^a	23^a	25^a	35^a	76^a	93^a	124^a	127^a
Serviços financeiros atendendo às necessidades dos negócios	5 ^a	17 ^a	61 ^a	78 ^a	39 ^a	92 ^a	97 ^a	133 ^a
Acessibilidade à serviços financeiros	6 ^a	20 ^a	94 ^a	71 ^a	29 ^a	131 ^a	50 ^a	126 ^a
Financiamento através do mercado de ações local	36 ^a	23 ^a	72 ^a	57 ^a	92 ^a	83 ^a	129 ^a	109 ^a
Facilidade de acesso a empréstimos	8 ^a	20 ^a	62 ^a	75 ^a	35 ^a	85 ^a	72 ^a	117 ^a
Disponibilidade de Venture Capital	22 ^a	42 ^a	69 ^a	57 ^a	80 ^a	95 ^a	108 ^a	120 ^a
Solidez dos bancos	11 ^a	9 ^a	25 ^a	46 ^a	21 ^a	38 ^a	97 ^a	85 ^a
Regulamentação das bolsas de valores	25 ^a	14 ^a	48 ^a	46 ^a	47 ^a	54 ^a	131 ^a	124 ^a
Índice de proteção dos direitos legais	28 ^a	86 ^a	1 ^a	8 ^a	136 ^a	108 ^a	127 ^a	108 ^a

Fonte: *World Economic Forum* 2016-2017.

Obs: o ranking original considera as posições entre 1^a e 138^a (alguns países estão na mesma posição devido a empate no indicador).

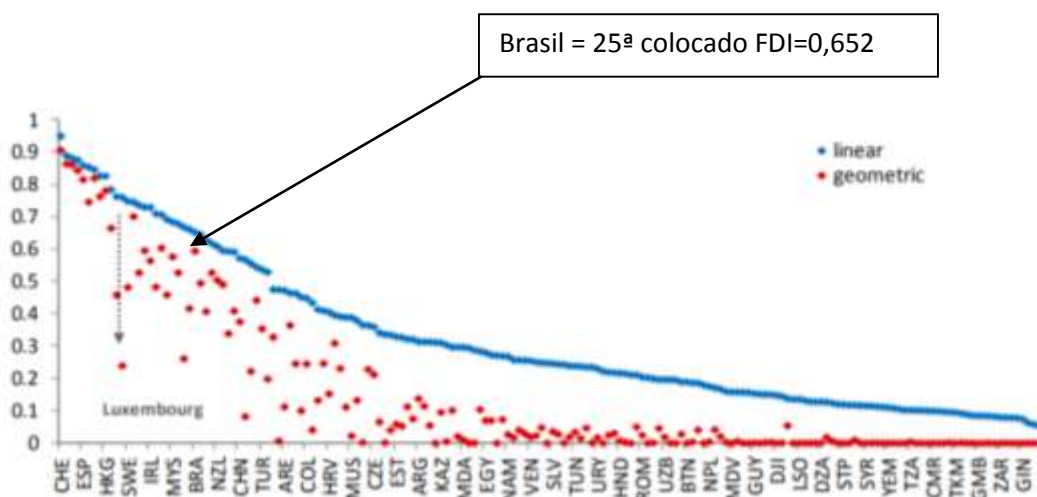
Em outro estudo, o Fundo Monetário Internacional (FMI)⁹, classifica o Brasil em 25º lugar, em um *ranking* de 183 países, em um “Índice de Desenvolvimento Financeiro” (Tabela 3 e Gráfico 2)). O estudo agrega, em um único indicador, 20 sub indicadores associados à “profundidade”, “acesso” e “eficiência” das instituições financeiras e do mercado de capitais. Por este índice, ao contrário do índice do WEF, o Brasil é o país melhor colocado entre os países da América Latina e Caribe.

Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Financeiro (FDI) do Brasil – FMI (posição no ranking)

		Colocação	Índice
Índice de Desenvolvimento Financeiro		25ª	0,652
	Índice de Instituições Financeiras	15ª	0,790
	Profundidade	30ª	0,585
	Acesso	2ª	1,000
	Eficiência	143ª	0,479
	Índice de Mercados de Capitais	31ª	0,502
	Profundidade	41ª	0,408
	Acesso	41ª	0,433
	Eficiência	19ª	0,646

Fonte: FMI (2016).

Gráfico 2 – Ranking do Índice de Desenvolvimento Financeiro (FDI)



Fonte: FMI (2016).

No caso brasileiro, o sub índice do FDI melhor avaliado é o “acesso” (ou canais de acesso) às Instituições Financeiras, indicador em que o país está na 2ª colocação, e que é medido por meio do número de postos de atendimento (agências e postos de atendimento) e terminais/caixas

⁹ “Introducing a New Broad-based Index of Financial Development”, IMF Working paper, January, 2016.

eletrônicos (ATM¹⁰) para cada 100 mil adultos. O sub índice pior avaliado é o de “eficiência” das instituições financeiras. Este sub índice é constituído por vários aspectos relacionados à rentabilidade dos bancos (p.ex. margem de juros líquida, spread bancário, overhead, receitas tarifárias, taxa de retorno sobre os ativos)¹¹, que por sua vez, espelham o grau de concorrência/concentração do setor. Assim, no Brasil, o acesso físico e por meio digital às instituições financeiras, medido por pontos de atendimento (agências, correspondentes bancários e caixas eletrônicos) é muito alto, mas os custos dos serviços bancários são considerados muito caros.

A despeito das divergências quanto à posição do país nos *rankings* dos indicadores citados (WEF e FMI), com base em ambos os trabalhos, conclui-se que, no Brasil, os bancos são considerados instituições relativamente sólidas e rentáveis. Além disso, o acesso físico e digital aos serviços oferecidos pelos bancos, ou seja, os canais de acesso (agências, postos de atendimento e internet), são relativamente abundantes. Porém, o acesso efetivo da população e das empresas aos serviços financeiros em si é considerado limitado e caro.

Tabela 4 – Quantidade de sedes, agências, postos de atendimentos, correspondentes bancários, ATM e POS, no Brasil (em unidades e variação percentual)

	Sedes	Agências	Postos de atendimento	Correspondentes Bancários	ATM	POS
2007	1.740	18.463	10.172	146.613	153.162	2.469.136
2008	1.747	19.093	11.242	156.847	159.289	3.176.900
2009	1.710	19.253	11.646	180.397	165.599	3.407.560
2010	1.681	18.646	12.154	195.220	173.701	3.419.377
2011	1.629	20.042	12.228	218.876	173.864	3.515.646
2012	1.569	20.955	13.863	239.765	175.139	4.096.428
2013	1.496	21.781	14.043	245.094	182.538	4.451.824
2014	1.452	23.562	14.309	209.938	184.446	4.985.804
2015	1.397	23.275	14.755	203.586	182.378	5.187.277
2016	1.355	22.995	14.897	176.584	175.612	4.439.078
Variação acumulada	-22%	25%	46%	20%	15%	80%
Taxa de crescimento 2007-2014	-2,6% a.a.	3,5% a.a.	5,0% a.a.	5,3% a.a.	2,7% a.a.	10,6% a.a.
Taxa de crescimento 2007-2016	-2,7% a.a.	2,5% a.a.	4,3% a.a.	2,1% a.a.	1,5% a.a.	6,7% a.a.

Fonte: BACEN (SGS, 2017)

Nota: ATM (*Automated Teller Machine*, caixas eletrônicos); POS (*Point of Sale*, maquininha)

¹⁰ *Automated Teller Machine*.

¹¹ O Relatório de Inclusão Financeira (RIF) de 2015, do BACEN, mostra que, entre 2010 e 2014, houve uma queda de 14% no número de Instituições Financeiras no Brasil (em todos os segmentos: Bancos -2%, Cooperativas de Crédito -16%, Sociedade de Crédito ao Microempreendedor -5% e Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento -7%), um claro sinal de queda na concorrência no setor.

Os dados da Tabela 4, reforçam essas conclusões. Por ela é possível verificar que, entre 2007 e 2016, no Brasil, o número de instituições bancárias caiu 22%, passando de 1.740 bancos para 1.355 bancos. Isto implica o aumento da concentração do setor, o que ajuda a explicar a alta rentabilidade dos bancos no país¹².

No mesmo período, em termos acumulados, o número de ATMs (caixas eletrônicos) cresceu 15%, o número de correspondentes bancários cresceu 20%, o número de agências bancárias cresceu 25%, o número de postos de atendimento cresceu 46% e o número de POS (maquininhas¹³) cresceu 80%.

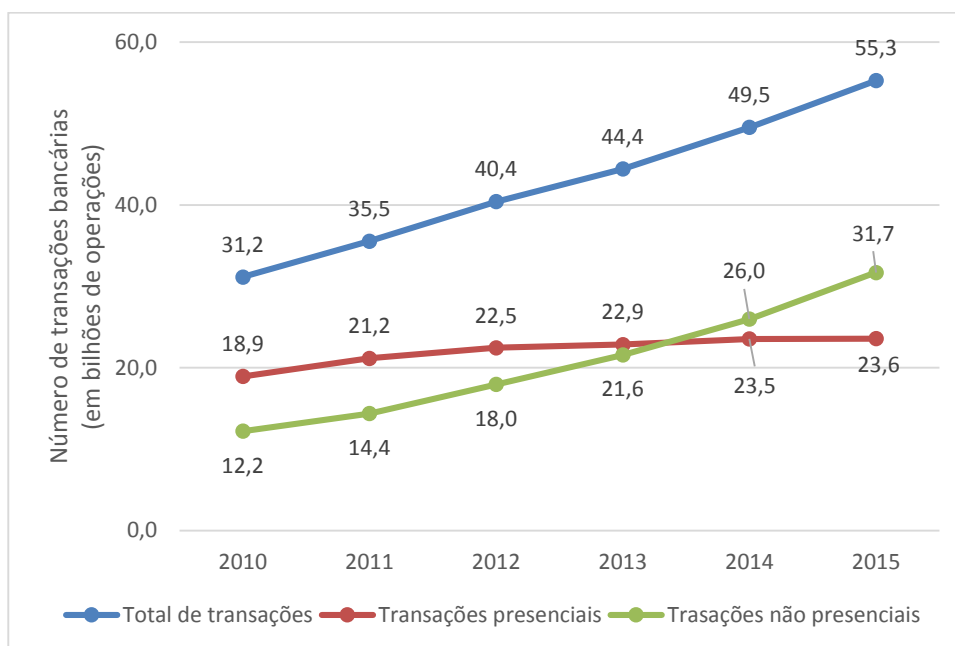
A título de comparação, no mesmo período, o PIB brasileiro cresceu de forma acumulada 14,8% (ou 1,6% a.a.). Observe-se que as taxas médias de crescimento dos itens citados, no período 2007-2014, foram superiores à do período 2007-2016 (Tabela 4). Essa queda de ritmo, entre 2014 e 2016, está associada à recessão da economia brasileira ocorrida no período.

Ainda, segundo o Banco Central, entre 2010 e 2015, o número de operações bancárias passou de 31,2 bilhões de operações/ano para 55,3 bilhões de operações/ano (aumento de 12% a.a. ou 77% no acumulado do período), tendo a expansão do período sido liderada pelas transações não presenciais, em especial, as realizadas pela internet (Gráfico 3). Por exemplo, por meio do *home banking*, *office banking* e telefones celulares e *tablets* (wireless). Estas operações tiveram um aumento de 21% a.a. ou expansão de 159% no acumulado do período, tendo passado de 12,2 bilhões de operações em 2010, para 31,7 bilhões de operações em 2015.

¹² Sobre este ponto ver Edição Especial EXAME “Melhores e Maiores” (agosto/2017), segundo a qual, em 2016, entre os 10 maiores grupos empresariais com maior lucro no país, 5 eram bancos. Ver também Economática, “Bancos brasileiros de capital aberto são mais rentáveis que bancos dos USA”, 23-3-16 (<https://economica.com/estudos/data/20160323a.pdf>) e Hoje em Dia, “Rentabilidade no setor bancário é 31% maior do que nos demais setores” (<http://hojeemdia.com.br/primeiro-plano/economia/rentabilidade-no-setor-banc%C3%A1rio-%C3%A9-31-maior-do-que-nos-dema%C3%ADs-setores-1.347108>).

¹³ POS, do inglês, *Point of Sale* ou *Point of Service*. Terminais eletrônicos, compactos, móveis, com baterias de longa duração, comunicação sem fio, grande capacidade de armazenamento, teclado numérico, display, impressora térmica e com leitores de cartões magnéticos e chipados. São amplamente utilizados no comércio, como “maquininha” para pagamento (p.ex. em restaurantes, hotéis, estádios, casinos, lojas de varejo, máquinas de vendas de ingressos com emissão do ingresso pela própria máquina, de forma on-line, compra/venda de créditos para telefones celulares pré-pagos, tickets para estacionamentos, leitura de medidores de água e esgoto nas residências, com emissão da conta em tempo real, jogos eletrônicos como a zoo-loteria (popular “jogo do bicho”). Um terminal POS também pode ser usado para serviços de recebimento de contas, registro de informações, registro de ponto eletrônico, coleta de dados por profissionais que trabalham com vendas de produtos porta-a-porta, e máquinas de Vale Refeição.

Gráfico 3 – Número de transações bancárias (em bilhões de operações/ano)



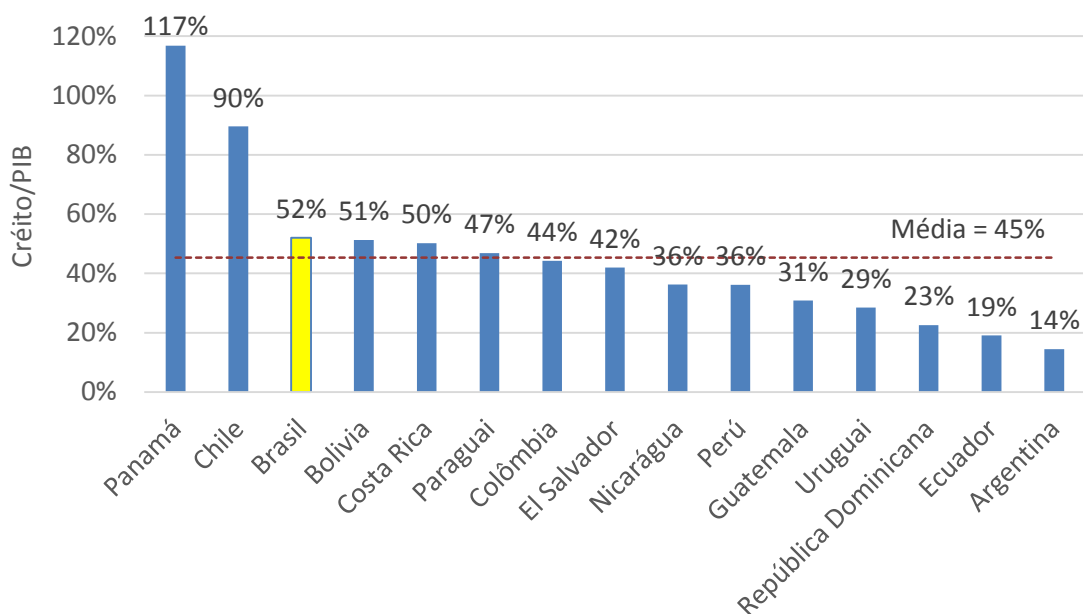
Fonte: BACEN (SGS, 2017)

Nota: **Transações presenciais**: agências, postos, correspondentes e caixas eletrônicos. **Transações não presenciais**: internet, *home banking*, *office banking*, *call center*, telefones celulares e *tablets* (*wireless*).

Importante destacar que, a partir de 2014, o número de transações bancárias não presenciais passou a superar as presenciais. Isto posto, fica evidente que, nos últimos anos, o acesso digital aos bancos cresceu significativamente, em especial, além dos serviços de pagamento de contas por meio das maquininhas. Em parte, isso se deve ao próprio esforço de inclusão financeira estimulado pelo próprio BACEN.¹⁴

¹⁴ Desde 2000, no âmbito do G20, o tema inclusão financeira passou a assumir importância em função do seu potencial de combate à pobreza e expansão dos negócios. Em 2009, Brasil e Austrália assumiram a liderança do Subgrupo de Acesso por Meio da Inovação (*Access Through Innovation Subgroup – ATISG*), dentro do Grupo de Especialistas para Inclusão financeira (*Financial Inclusion Experts Group – FIEG*). Em paralelo, foi criado outro Subgrupo de Finanças para Pequenas e Médias Empresas (*Small and Medium Enterprise Finance – SME*). Em 2011, o BACEN instituiu o Parceria Nacional para Inclusão Financeira (PNIF), cujo objetivo era engajar os diversos atores (públicos e privados) do SFN, em ações coordenadas, para promover a adequada inclusão financeira da população brasileira. Como resultado, verificam-se alguns avanços, em particular, no atendimento às Pessoas Físicas, tais como a expansão do número de pontos de atendimento (em 2014, todos os municípios do país contavam com pelo menos 1 ponto de atendimento), expansão das operações digitais, maior cobertura do mercado (em 2014, 84% da população adulta possuía relacionamento bancário com uma instituição financeira. No ambiente empresarial, no entanto, a evolução parece ter sido mais modesta. O microcrédito, que também passou a ser monitorado, representa apenas 0,2% do valor e 0,4% das operações de crédito do SFN. Fonte: BACEN (2015), “Relatório de Inclusão Financeira”, número 3.

**Gráfico 4 – Relação Crédito/PIB, países selecionados da América Latina e Caribe
(posição em junho/2016)**



Fonte: FELABAN (Federación Latinoamericana de Bancos)
Nota: posição em junho de 2016.

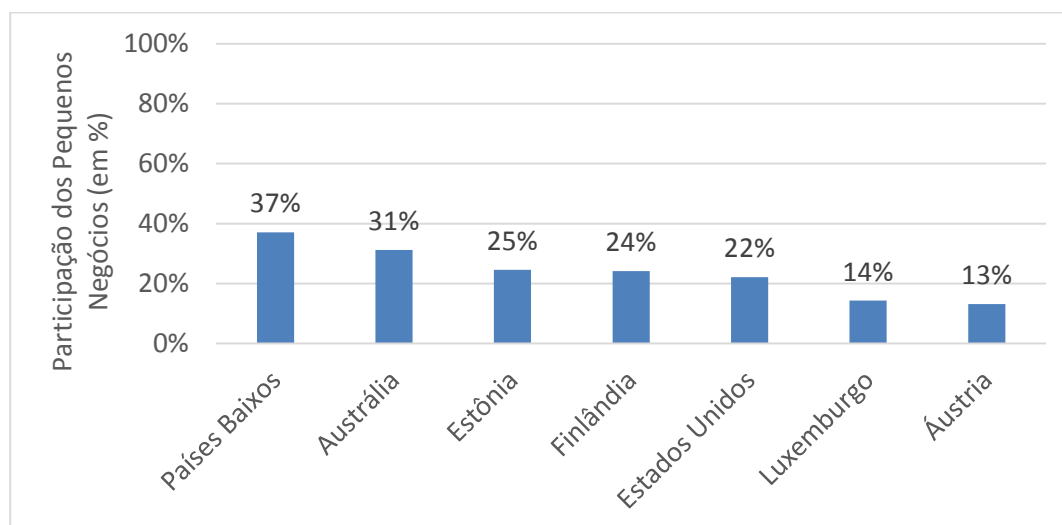
Ainda no âmbito da América Latina, a relação crédito/PIB no Brasil ficou acima da média dos países da região (Gráfico 4). De acordo com dados da FELABAN, em junho de 2016, o volume total de crédito concedido pelos bancos correspondia a 52% do PIB, no Brasil, contra uma média de 45% na região.

No âmbito internacional, é difícil identificar a participação dos Pequenos Negócios no total de créditos concedidos às empresas de todos os portes. A *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD)¹⁵ monitora a evolução desse indicador em 37 países. Porém, entre os países monitorados, não há uma uniformidade na definição de Pequenos Negócios (*Small Business*)¹⁶.

¹⁵ Fonte: <http://stats.oecd.org/>

¹⁶ A OECD recomenda o uso da seguinte definição de “*Small Business*”: “1. A categoria de micro, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e que tenham um volume de negócios anual não superior a 50 milhões de euros (R\$183,5 milhões) e/ou um total anual do balanço não superior a EUR 43 milhões (R\$158 milhões). 2. Dentro da categoria PME, uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual e/ou total do balanço anual não exceda 10 milhões de euros (R\$36,7 milhões). 3. Dentro da categoria PME, uma microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual e/ou total do balanço anual não exceda 2 milhões de euros (R\$7,4 milhões).” (Fonte: *European Recommendation 2003/361/CE*, os valores entre parênteses, em reais, não constam na citação original, e foram calculados com base na cotação do câmbio do dia 4/08/2017).

Gráfico 5 – Participação dos Pequenos Negócios no total da carteira de empréstimo do setor bancário, em países selecionados da OECD (2015)



Fonte: OECD (2015)

Nota: foi utilizada como proxy da participação das MPE no total de empréstimos a participação dos empréstimos até 1 milhão de euros, exceto no caso do dos Estados Unidos (até 0,9 milhão de euros – equivalente a até 1 milhão de dólares, dado original) e Austrália (até 1,3 milhão de euros – equivalente a até 2 milhões de dólares australianos, dado original).

O Gráfico 5 apresenta a participação das empresas que pegam empréstimos de até 1 milhão de euros¹⁷. Esta é a referência, utilizada por alguns países, que mais se aproxima dos limites de Micro e Pequena Empresa da Lei Geral¹⁸. Pelo gráfico, observa-se que a participação dos Pequenos Negócios varia entre 13%, no caso da Áustria, até 37% no caso dos Países Baixos. Isto evidencia que a participação dos Pequenos Negócios no crédito total concedido pelos bancos tende a ser relativamente pequeno na maioria dos países. Como veremos no próximo capítulo, essa também é a situação dos Pequenos Negócios no Brasil.

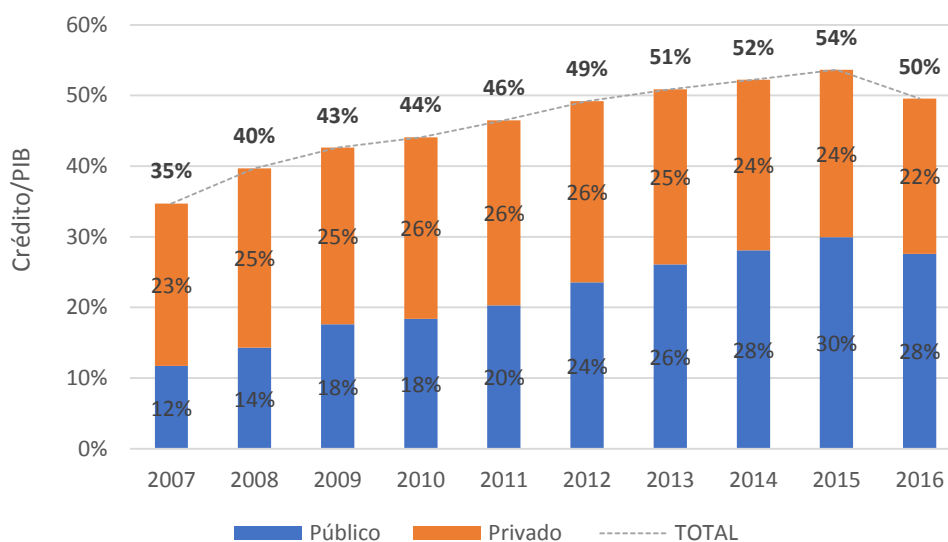
¹⁷ Pela cotação de 4/08/2017, 1 milhão de euros equivalia R\$3,669 milhões.

¹⁸ A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas define como faturamento limite R\$3,6 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, atualizada pela LC nº 139/2011).

2. O CONTEXTO NACIONAL E OS PEQUENOS NEGÓCIOS

Na última década, no Brasil, a relação entre o volume de crédito concedido e o PIB apresentou uma expansão expressiva, passando de 35% do PIB, em 2007, para 54% do PIB, em 2015, seguido de uma queda do índice para o nível de 50% do PIB, em 2016 (Gráfico 6). Na maior parte desse período, houve forte expansão do crédito concedido pelos bancos públicos, como resultado de uma política governamental de estímulo à economia. O volume do crédito concedido pelos bancos públicos em relação ao PIB, mais do que dobrou no período, passando de 12% do PIB em 2007 para 30% do PIB em 2015 (voltando para 28% do PIB em 2016). A queda do índice total no último ano, assim como dos créditos públicos, se deve, em parte, ao esgotamento da política expansionista anterior e, em parte, à recessão econômica.

Gráfico 6 – Evolução da relação Crédito/PIB, no Brasil (2007-2016)

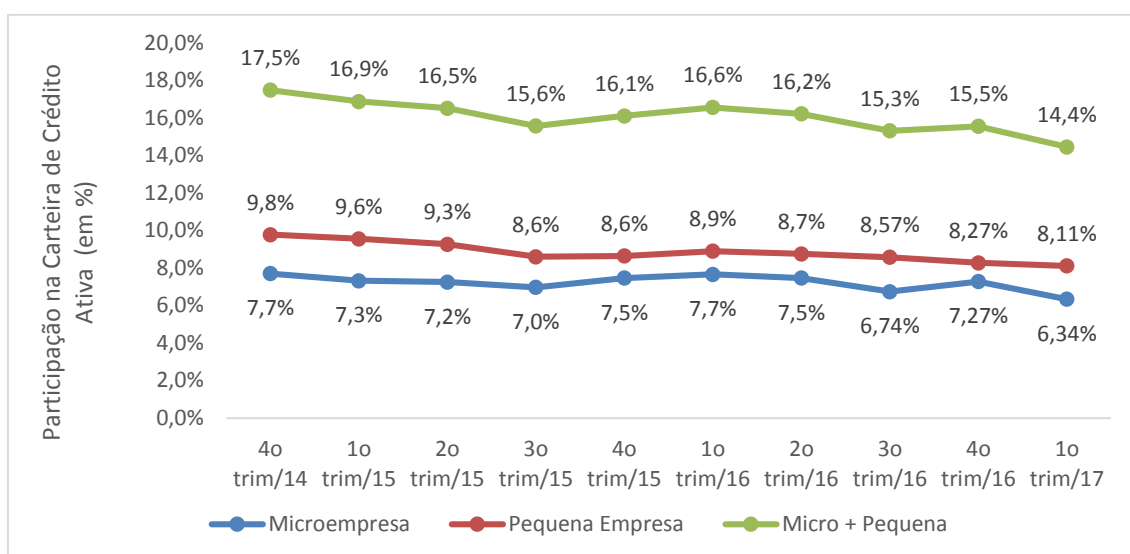


Fonte: de PAULA (2017), com base em dados do BACEN.
Nota: valores acumulados no ano.

Como um dos resultados decorrentes desse processo, na comparação com outros países selecionados da América Latina e Caribe, mesmo com a queda verificada no último ano, o país conseguiu permanecer acima da média da região (ver dados da FELABAN, Gráfico 4).

De acordo com os dados do BACEN¹⁹, a participação das MPE no total da “Carteira de Crédito Ativa” do setor bancário caiu de 17,5% no 4º trimestre de 2014 para 14,4% no primeiro trimestre de 2017 (Gráfico 7). Portanto, no Brasil, a participação dos Pequenos Negócios no total dos créditos concedidos às empresas não só é baixa, como essa participação se mostrou decrescente, entre 2014 e 2017, período de acirramento da crise econômica no país.

Gráfico 7 – Evolução da participação relativa das MPE na “Carteira de Crédito Ativa” das Pessoas Jurídicas, junto ao setor bancário, no Brasil (em %)



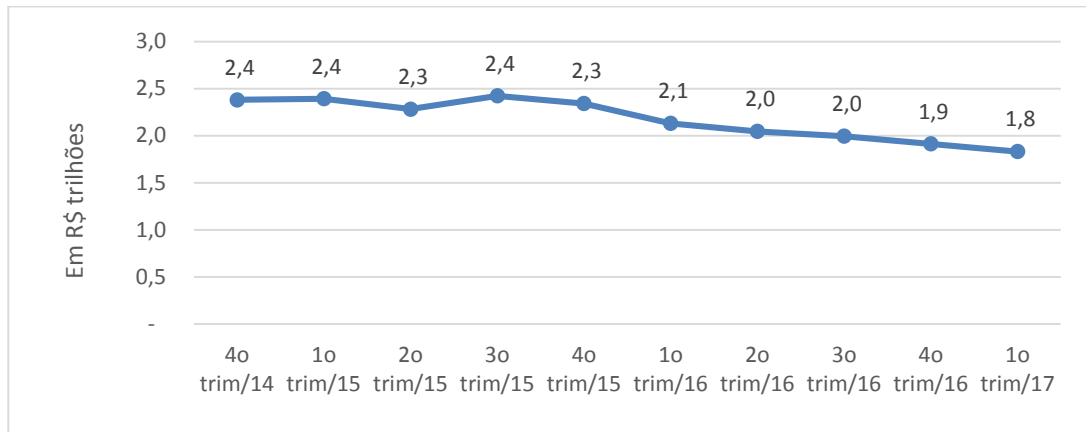
Fonte: If.data (BACEN)

Nota: Microempresa: aquela cuja receita bruta anual seja igual ou inferior a R\$ 360.000,00; Pequena Empresa: aquela cuja receita bruta anual seja superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00; Média Empresa: aquela cuja receita bruta anual seja superior a R\$ 3.600.000,00 e igual ou inferior a R\$ 300.000.000,00, desde que seu ativo total não seja superior a R\$ 240.000.000,00; Grande Empresa: aquela cuja receita bruta anual seja superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ou cujo ativo total seja superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais).

A queda da participação relativa das MPE no crédito total concedido às Pessoas Jurídicas pode ser considerada particularmente forte, se levarmos em conta que, no mesmo período, o valor absoluto da carteira de crédito dos bancos caiu 23%, já descontada a inflação do período, passando de R\$2,4 trilhões para R\$1,8 trilhões (Gráfico 8).

¹⁹ Desde fins de 2014, o BACEN divulga trimestralmente relatórios sobre a distribuição da “Carteira de Crédito Ativa” do setor bancário, por porte de empresas, utilizando como uma de suas referências de porte a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Os dados estão disponíveis em termos nominais e por instituição financeira. Apesar disso, estes dados ainda foram pouco explorados, seja pelo pouco conhecimento dos mesmos pelo grande público, seja pelo fato das informações estarem disponíveis de forma muito desagregada (pulverizada por banco concedente), o dificulta, em certa medida sua análise.

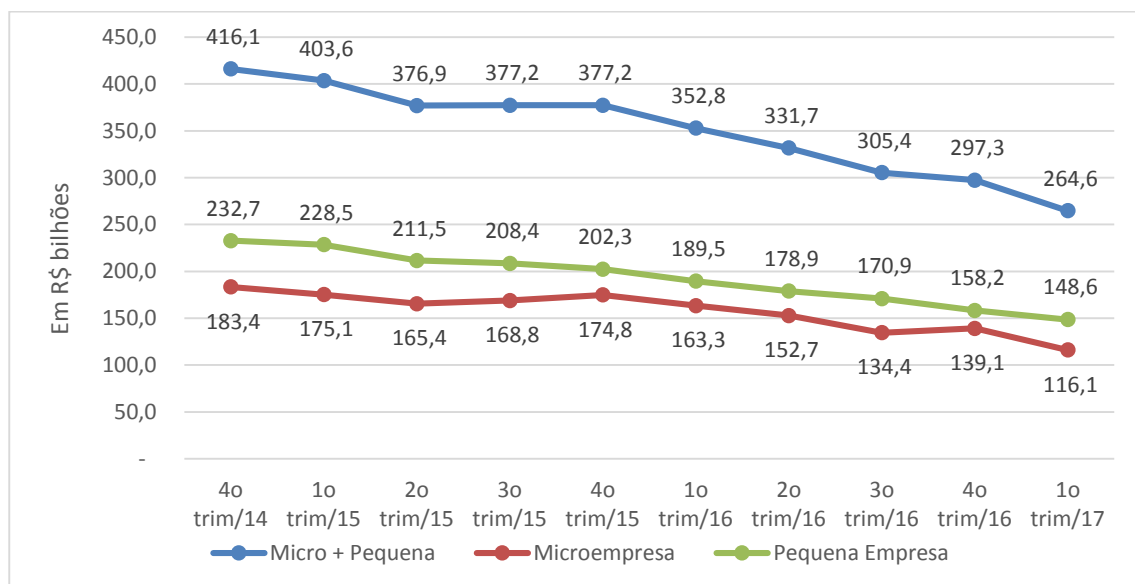
Gráfico 8 – Valor total da “Carteira de Crédito Ativa” dos bancos no Brasil, empresas de todos os portes (em R\$ trilhões constantes de março/2017)



Fonte: elaboração própria com base no If.data (BACEN). Nota: Valores deflacionados pelo INPC.

Portanto, por porte de empresa, o valor real da carteira de crédito ativa caiu 37% para as microempresas, 36% para as pequenas empresas, 23% no caso das médias empresas e 15% no caso das grandes empresas. O valor total da carteira de crédito ativa concedido às MPE caiu de R\$416,1 bilhões para R\$ 264,6 bilhões, entre o 4º trimestre de 2014 e o 1º trimestre de 2017 (Gráfico 9 e Tabela 5). Assim, não só caiu o uso de crédito em toda a economia, como essa queda foi proporcionalmente mais forte entre as MPE.

Gráfico 9 – Valor total da “Carteira de Crédito Ativa” dos bancos no Brasil, concedidos às MPE (em R\$ bilhões constantes de março/2017)



Fonte: elaboração própria com base no If.data (BACEN). Valores deflacionados pelo INPC.

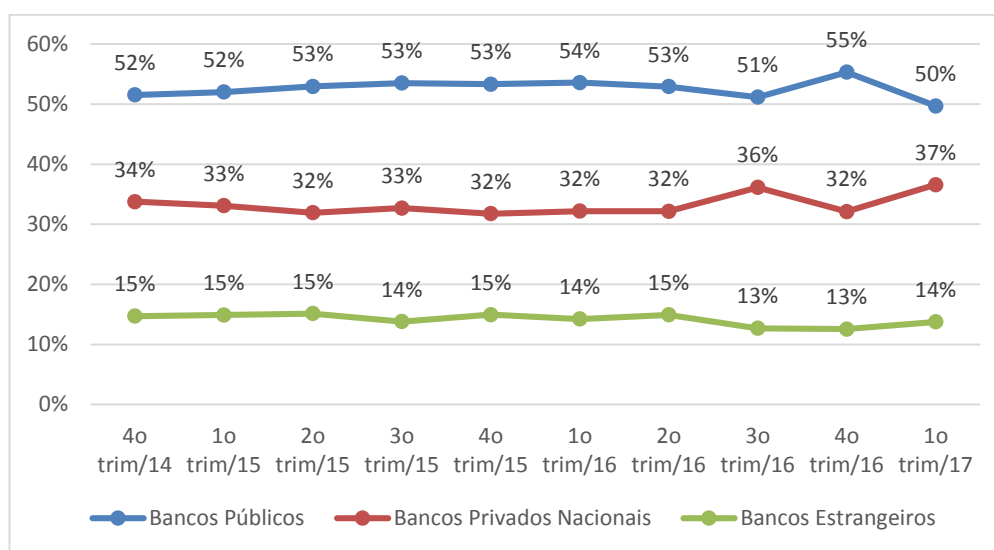
**Tabela 5 - Valor da "Carteira de Crédito Ativa" dos bancos no Brasil, por porte
(em R\$ bilhões constantes de março/2017)**

	4º trim/14	1º trim/17	Varição
Microempresa + Pequena Empresa	416,1	264,6	-36%
Microempresa	183,4	116,1	-37%
Pequena Empresa	232,7	148,6	-36%
Média Empresa	570,2	440,6	-23%
Grande Empresa	942,8	805,3	-15%
Outros	451,5	321,3	-29%
TOTAL	2.380,7	1.831,7	-23%

Fonte: elaboração própria com base no If.data (BACEN).

Nota: Valores deflacionados pelo INPC. Nota: Microempresa: aquela cuja receita bruta anual seja igual ou inferior a R\$ 360.000,00; Pequena Empresa: aquela cuja receita bruta anual seja superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00; Média Empresa: aquela cuja receita bruta anual seja superior a R\$ 3.600.000,00 e igual ou inferior a R\$ 300.000.000,00, desde que seu ativo total não seja superior a R\$ 240.000.000,00; Grande Empresa: aquela cuja receita bruta anual seja superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ou cujo ativo total seja superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais).

Gráfico 10 - Distribuição do valor da "Carteira de Crédito Ativa" das Micro e Pequenas Empresas, por tipo de banco

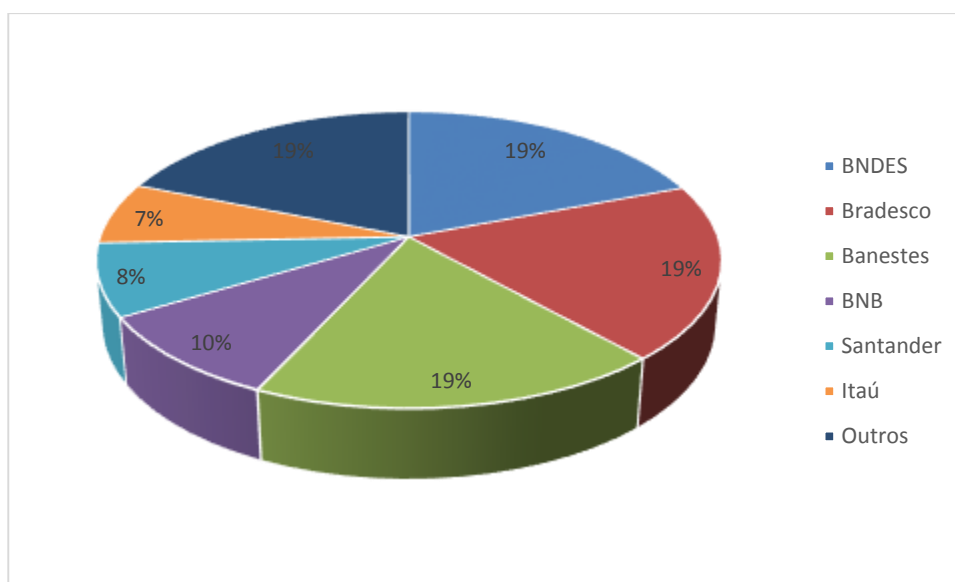


Fonte: If.data (BACEN)

No 1º trimestre de 2017, 50% do valor da Carteira de Crédito Ativa concedida às MPE estavam nas mãos dos Bancos Públicos, 27% estavam nas mãos de bancos privados nacionais e 14% de bancos estrangeiros (Gráfico 10). Desde o início da série, essas participações relativas se mantiveram relativamente constantes.

Tomando os dados da Carteira de Crédito Ativa, por banco concedente dos empréstimos, verifica-se que, no 1º trimestre de 2017, 81% dos empréstimos concedidos às MPE tem como origem apenas 6 bancos (Gráfico 11): BNDES (19%), Bradesco (19%), Banestes (19%), BNB (10%), Santander (8%) e Itaú (7%). Os 19% restantes estão distribuídos em quase 900 instituições bancárias. Vale observar que Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal são dois dos principais repassadores de recursos do BNDES (já que o BNDES não atende diretamente as MPE). Porém, quando considerados apenas os recursos próprios, BB e CEF respondem por apenas 0,16% e 0,03%, respectivamente, do valor total da Carteira de Crédito Ativa das MPE.

Gráfico 11 - Distribuição do valor da "Carteira de Crédito Ativa" das Micro e Pequenas Empresas, por banco (1º trimestre de 2017)



Fonte: elaboração própria com base no If.data (BACEN).

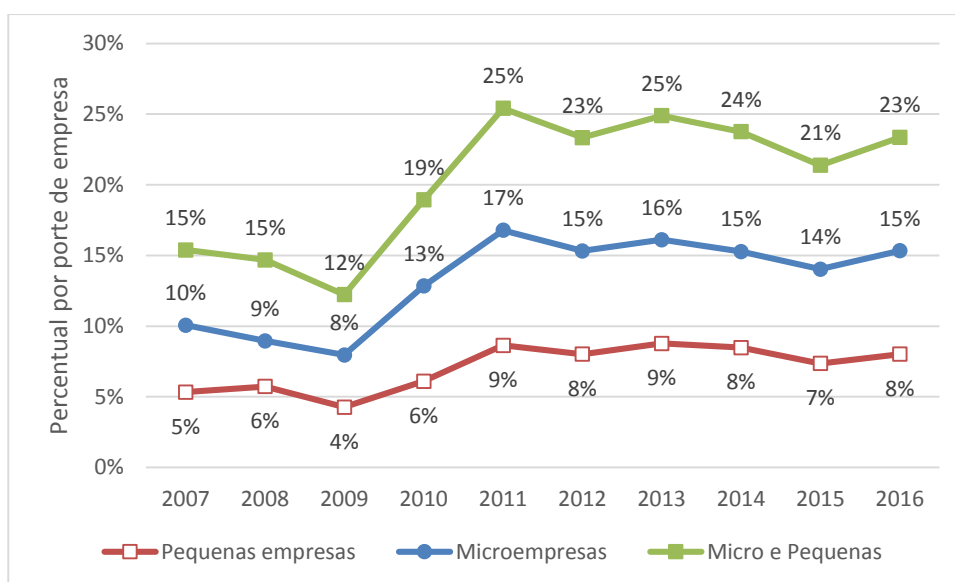
Nos próximos capítulos são apresentadas análises mais detalhadas sobre a relação das MPE com cada um dos segmentos do setor bancário:

- A relação das MPE com os Bancos Públicos;
- A relação das MPE com os Bancos Privados Nacionais; e
- A relação das MPE com os Bancos Estrangeiros.

3. A RELAÇÃO DAS MPE COM O BNDES

A análise da relação das MPE com o BNDES se faz necessária por ser este o principal banco que financia projetos de longo prazo na economia. Além disso, como visto no capítulo anterior, é uma das principais fontes de recursos de empréstimo para as MPE. Há que se observar, no entanto, que a quase totalidade dos recursos do banco chega às MPE por meio de sua rede de instituições credenciadas repassadoras²⁰. Portanto, a liberação de recursos do BNDES para a maioria dos Pequenos Negócios depende da política de crédito destes credenciados.

Gráfico 12 – Distribuição do total dos desembolsos do BNDES por porte de empresa, 2007-2016 (em %)



Fonte: BNDES.

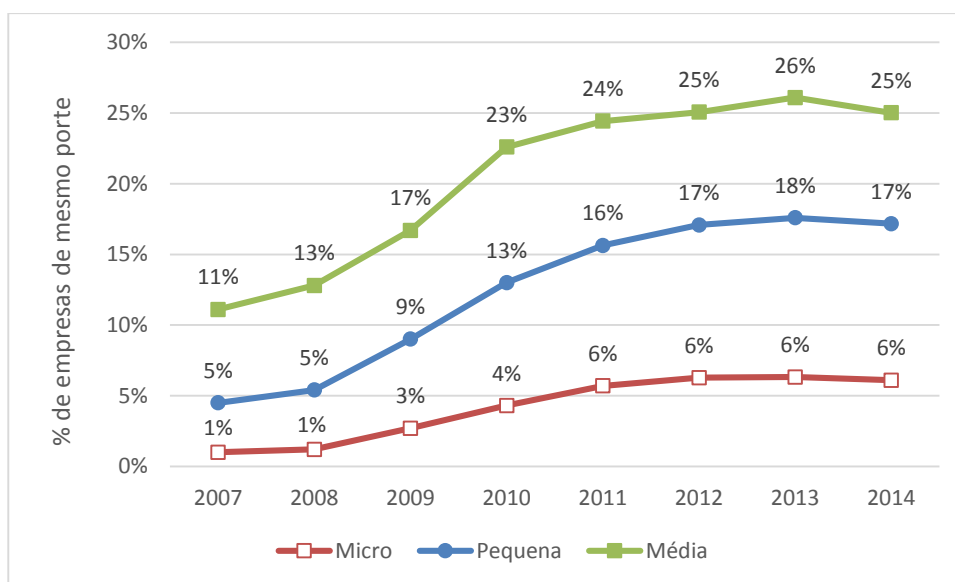
Nota: Até 2016, o BNDES considerava microempresa aquela com faturamento abaixo de R\$2,4 milhões/ano, pequenas empresas aquelas entre R\$2,4 milhões até R\$16 milhões. O BNDES considerava como médias e grandes empresas, aquelas acima de R\$16 milhões/ano. Este gráfico utiliza esta classificação de porte.

²⁰ Segundo o BNDES, cerca de 98% das operações do banco com os Pequenos Negócios são feitas indiretamente, por meio de rede de instituições financeiras credenciadas. Em agosto de 2017, o BNDES tinha 56 instituições financeiras credenciadas, a saber: ABC-Brasil, ABN AMRO, Alfa BI, Alfa CFI, Badesc, Badesul, Banco do Brasil, Bancoob, Bades, Banestes, Banrisul, Basa, BDMG, BI BM, BNB, BNP Brasil, Bradesco BM, BRDE, BRP BM, BTMU BR, Caixa, Caterpillar BM, Cecred, Citibank BM, CNH BM, Cresol Baser, Cresol SC-RS, Cresol Sicoper, Daycoval BM, Desenbahia, Desenvolve SP, DLL BM, Fomento Paraná, ING Bank, Itaú Unibanco BM, John Deere BM, J Safra BM, KDB, Komatsu, Mercedes BM, Moneo BM, Rabobank, Randon BM, Rendimento BM, Rodobens BM, Safra BM, Santander BM, Scania BM, SG Brasil, Sicredi, Stara Financeira, Sumitomo, Tribanco BM, Volkswagen BM, Volvo BM e Votorantim BM (Fonte: BNDES, <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/instituicoes-financeiras-credenciadas/rede-credenciada-brasil>).

Fundado em 1952, o BNDES foi criado com o propósito de financiar grandes projetos, em especial os de infraestrutura, já que historicamente o país não possuía uma fonte adequada para este tipo de investimento. Por conta disso, na maior parte de sua história, o BNDES esteve fortemente associado às médias e grandes empresas. Em que pese isso, mais recentemente, o banco iniciou uma estratégia de ampliar a participação dos empreendimentos de menor porte na sua carteira total de aplicações.

A despeito da classificação inicial de porte ser, em geral, superior aos limites da Lei Geral²¹, o Gráfico 12 mostra que a participação das “micro e pequenas” passou de 15% em 2007 para 23% em 2016, puxado pela categoria de microempresas, que passou de 10% para 15%.

Gráfico 13 – Proporção de empresas que se beneficiaram dos recursos do BNDES (% sobre o estoque de empresas do mesmo porte)



Fonte: BNDES in De PAULA (2017)

Nota: Microempresa (1 até 9 empregados); Empresa Pequena (de 10 a 49); Média Empresa (50 a 249) e Grandes Empresas (pelo menos 250).

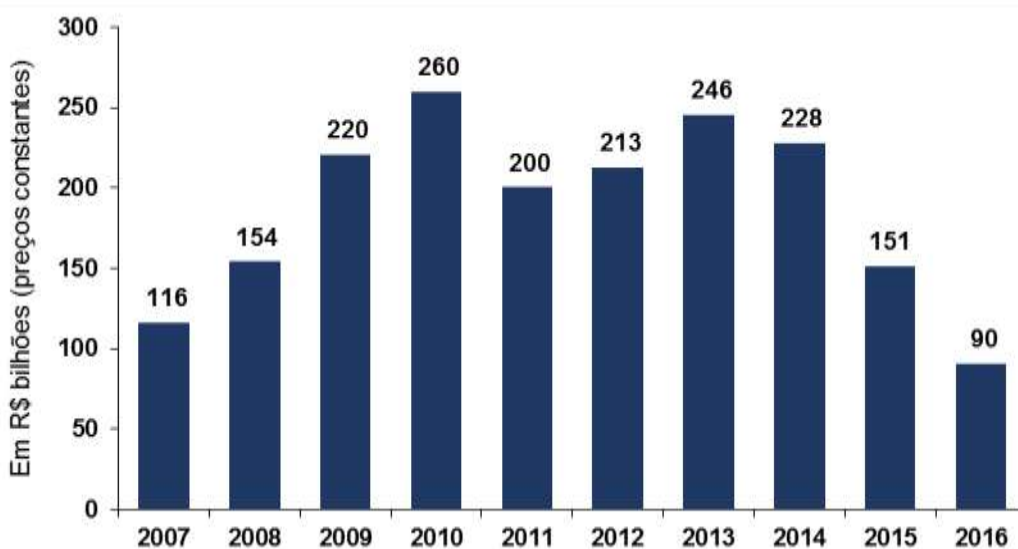
Uma outra forma de observar o aumento da destinação de recursos para os negócios de menor porte, é por meio da proporção de empresas que já se beneficiaram de recursos do banco, por

²¹ Até 2016, o BNDES considerava microempresa aquela com faturamento abaixo de R\$2,4 milhões/ano, pequenas empresas aquelas entre R\$2,4 milhões até R\$16 milhões. O BNDES considerava como médias e grandes empresas, aquelas acima de R\$16 milhões/ano. Só a partir de 2017 é que o BNDES passou a utilizar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas como referência para a classificação de porte das empresas. Assim, a partir deste ano, passaram a ser consideradas Microempresas aquelas com faturamento de até R\$360 mil/ano, as Empresas de Pequeno Porte entre R\$360 mil/ano e R\$3,6 milhões ano. As médias empresas até R\$300 milhões/ano e as grandes acima deste valor.

porte²². Por exemplo, segundo o BNDES, em 2007, do total de microempresas em atividade no país, apenas 1% se beneficiaram dos recursos do banco. Esta proporção cresceu para 6% até 2014 (Gráfico 13). A proporção de pequenas empresas que se beneficiou dos recursos do BNDES passou de 5% para 17% no mesmo período. E a proporção das médias empresas, a proporção destas que foram atendidas passou de 11% para 25%, em relação ao total de empresas deste porte existentes no mercado.

Não obstante isso, o volume de recursos desembolsados pelo BNDES, que havia crescido expressivamente entre 2007 e 2014, por conta da política de crédito anticíclica praticada pelo governo federal, foi seguido, mais recentemente, por queda expressiva dos volumes desembolsados (Gráfico 14). Entre 2015 e 2016, a queda dos desembolsos ocorreu devido ao esgotamento do modelo anterior e à recessão da economia brasileira. Isto ajuda a explicar as dificuldades mais recentes reveladas na mais recente pesquisa do Sebrae, que as MPE vem enfrentando com a maior escassez de crédito (ver capítulo 7).

Gráfico 14 – Valor dos desembolsos do BNDES, por ano, 2007-2016 (em R\$ bilhões)



Fonte: BNDES

Nota: valores em preços constantes de fevereiro de 2017

De acordo com De PAULA (2017), em 2016, o volume de recursos do BNDES para as micro e pequenas empresas ficou fortemente concentrado nos setores da agropecuária, comércio e

²² Este gráfico Microempresa (1 até 9 empregados); Empresa de Pequeno Porte (de 10 a 49); Médias Empresas (50 a 249) e Grandes Empresas (pelo menos 250).

transporte. Juntos, estes 3 setores respondiam por 85% dos créditos concedidos à pequena empresa e 72% dos créditos concedidos à microempresa (Tabela 6). Vale observar que, em anos anteriores, o setor de transportes chegou a liderar o ranking, tendo chegado a 61% no caso das microempresas (em 2008) e 48% nas pequenas (em 2010). Este setor utiliza como principal linha o “BNDES Procaminhoneiro”.

Entre 2007 e 2016, verificou-se também forte volatilidade da participação relativa da agropecuária, no caso da pequena empresa, e crescimento quase contínuo da agropecuária na microempresa. Particularmente nos últimos 5 anos, a participação relativa da agropecuária se expandiu expressivamente, a ponto de chegar, em 2016, no maior nível da série histórica (61% nas pequenas empresas e 43% nas microempresas). De acordo com De PAULA (2017), isso parece estar associado à agricultura familiar na região Sul. Por sua vez, o incremento da participação do comércio está associado à ampliação do uso do Cartão BNDES, instrumento bastante utilizado pelas MPE do setor.

Tabela 6 - Distribuição dos desembolsos do BNDES para as Micro e Pequenas Empresas, por setor e por porte, 2007-2016 (em %)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pequena empresa										
Agropecuária	59%	50%	41%	28%	22%	26%	32%	31%	41%	61%
Comércio	5%	5%	9%	10%	17%	25%	22%	23%	24%	16%
Transporte	27%	34%	37%	48%	41%	21%	22%	22%	11%	8%
Indústria de transformação	4%	5%	5%	6%	9%	12%	10%	9%	9%	6%
Construção	2%	2%	2%	3%	3%	4%	4%	4%	3%	2%
Utilidades públicas	0%	0%	0%	0%	0%	1%	1%	1%	1%	0%
Indústria extrativa	0%	1%	0%	1%	0%	1%	1%	0%	0%	0%
Outros serviços	3%	4%	5%	6%	7%	10%	8%	9%	11%	7%
Microempresa										
Agropecuária	2%	2%	2%	10%	15%	20%	24%	23%	30%	43%
Comércio	9%	9%	13%	11%	12%	18%	18%	19%	20%	17%
Transporte	55%	61%	56%	48%	42%	24%	24%	24%	15%	12%
Indústria de transformação	16%	13%	13%	15%	16%	20%	17%	15%	16%	12%
Construção	7%	7%	7%	8%	7%	8%	7%	7%	6%	3%
Utilidades públicas	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	2%
Indústria extrativa	2%	2%	1%	2%	1%	1%	1%	1%	1%	0%
Outros serviços	8%	6%	8%	6%	7%	8%	7%	9%	11%	10%

Fonte: BNDES/De PAULA (2017).

Nota: Até 2016, o BNDES considerava microempresa aquela com faturamento abaixo de R\$2,4 milhões/ano, pequenas empresas aquelas entre R\$2,4 milhões até R\$16 milhões. O BNDES considerava como médias e grandes empresas, aquelas acima de R\$16 milhões/ano.

As quatro linhas de financiamento do BNDES mais utilizadas pelas micro e pequenas empresas são (Tabela 7):

- **Finame Agrícola:** financiamento para a produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos, destinados ao setor agropecuário;
- **Cartão BNDES²³:** linha de crédito rotativo pré-aprovada para a aquisição de produtos credenciados pelo banco (máquinas, equipamentos, outros bens de produção, insumos e serviços de crédito rotativo), com taxas de juros reduzidas e prazos para pagamentos estendidos sem cobrança de anuidade. Ele possibilita uma substancial redução da burocracia no acesso ao crédito para investimento. É operacionalizado exclusivamente pela internet, por meio do Portal de Operações do Cartão BNDES. O cartão é emitido pela rede de bancos conveniados ao programa;
- **BNDES Automático:** para projetos de construção, ampliação, reforma de loja, galpão, armazém, fábrica, depósito, escritório e outros, incluindo a aquisição de máquinas e equipamentos novos e capital de giro associado ao projeto;
- **BNDES Finame:** aquisição e comercialização de máquinas, equipamentos e bens de informática e automação, incluídos ônibus e caminhões, novos, de fabricação nacional e credenciados pelo BNDES.

²³ Considerado um produto inovador, o Cartão BNDES foi disponibilizado a partir de 2003, tendo sido desenvolvido sem experiência similar prévia. Permite realizar um grande número de transações, a baixo custo, baixa taxa de juros, e se apropria da maior flexibilidade decorrente do uso intenso da internet. Entre as exigências desta linha de crédito estão: a) a necessidade de manutenção de conta bancária no banco emissor; e b) a adimplência com obrigações fiscais, trabalhistas e ambientais. Pode ser usado exclusivamente na aquisição de bens, insumos e serviços expostos no portal de operações, que são oferecidos por fornecedores credenciados. Estes são os fabricantes ou distribuidores de produtos fabricados no Brasil, com índice mínimo de nacionalização de 60% (muitos dos quais também são micro e pequenas empresas). Atualmente, são 72 mil fornecedores credenciados. O Cartão BNDES disponibiliza ao empresário a possibilidade de empréstimo, dentro do inicialmente previsto, com liberação imediata para compras, funcionando como um crédito rotativo. Não exige garantias reais e possibilita financiar até 100% do valor do bem. O valor financiado depende muito mais do histórico da relação bancária do pleiteante do que da oferta de garantias reais. O fornecedor recebe o pagamento à vista, mas o comprador paga parcelado. Atualmente, o plano de amortização varia de três a 48 parcelas fixas, com pagamentos mensais iguais. O prazo médio atual das operações é de aproximadamente 30 meses. A taxa de juros nominal, em abril de 2016, era de 1,17% ao mês. Em termos anualizados, esta taxa equivale a 15,0%, que é muito baixa para os padrões do mercado financeiro brasileiro. Atualmente, existem 15 instituições emissoras do Cartão BNDES, incluindo os cinco maiores bancos comerciais do país, bancos e agências de desenvolvimento, bancos cooperativos e credenciadoras de cartões de crédito. São de responsabilidade do banco emissor a definição do limite, a concessão do crédito e a cobrança. Como a autorização de crédito é dependente das estratégias dos bancos, isto é determinante no volume de desembolsos do Cartão BNDES. O limite inicial de crédito desta linha foi de R\$ 50 mil, tendo sido recorrentemente ampliado para R\$ 100 mil, R\$ 250 mil, R\$ 500 mil, R\$ 1 milhão e, desde dezembro de 2016, R\$ 2 milhões. (De PAULA, 2017).

Tabela 7 - Distribuição dos desembolsos do BNDES para as Micro e Pequenas Empresas, por linhas de crédito por porte, 2007-2016 (%)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pequena empresa										
Bndes Automático	31%	20%	20%	9%	10%	13%	10%	12%	22%	40%
Bndes Finame Agrícola	29%	30%	24%	19%	15%	18%	24%	21%	20%	25%
Cartão Bndes	4%	5%	12%	13%	23%	29%	23%	27%	38%	24%
Bndes Finame	32%	39%	41%	57%	51%	39%	42%	40%	18%	11%
Bndes Não Reemb	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	1%	1%
Bndes Finem	2%	3%	1%	0%	0%	1%	0%	0%	1%	0%
Bndes Microcrédito	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Bndes Merc Capitais	0%	0%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Bndes Finame Leasing	2%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Bndes Exim	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Microempresa										
Bndes Finame Agrícola	1%	1%	0%	7%	11%	15%	21%	21%	26%	32%
Cartão Bndes	5%	6%	15%	10%	13%	15%	13%	17%	29%	23%
Bndes Automático	7%	6%	6%	6%	11%	18%	10%	7%	11%	22%
Bndes Finame	77%	81%	74%	75%	62%	51%	55%	54%	32%	20%
Bndes Não Reemb	0%	0%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	2%
Bndes Finem	1%	1%	1%	0%	0%	1%	1%	1%	1%	1%
Bndes Exim	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Bndes Merc Capitais	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Bndes Finame Leasing	7%	4%	2%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%
Bndes Microcrédito	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: BNDES/De PAULA (2017).

Nota: Até 2016, o BNDES considerava microempresa aquela com faturamento abaixo de R\$2,4 milhões/ano, pequenas empresas aquelas entre R\$2,4 milhões até R\$16 milhões.

Em 2017, o banco promoveu mudanças no seu foco de atuação, passando a tratar as micro pequenas e médias empresas como um “segmento incentivado”. Entre as mudanças, se destacam²⁴:

- Possibilidade de financiamentos de até 80% do montante total do investimento a taxa de juros de longo prazo (TJLP);
- Redução de 30 para 2 dias o prazo de análise de crédito para este público;
- Aumento da cobertura de clientes deste porte, por meio do lançamento do aplicativo BNDES MPME, de um portal de internet voltado para empreendedores e de novos canais de distribuição;
- Aumento dos financiamentos para capital de giro associados à compra de máquinas e equipamentos;
- Aumento do limite máximo de crédito do Cartão BNDES de R\$ 1 milhão para R\$ 2 milhões, em cada instituição financeira credenciada;
- Lançamento do Cartão BNDES Agro voltado para produtores rurais, incluindo pessoas físicas;
- Mudança da definição de micro e pequenas empresas, passando a adotar conceito mais sintonizado com o da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas²⁵.

Com relação ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do BNDES, entre 2005 e 2016, foram liberados R\$ 1 bilhão em valores nominais, em 1,3 milhões de operações, com valor médio de R\$ 2,5 mil, a juros de até 4% ao mês, para o financiamento de capital de giro e investimentos produtivos de atividades de pequeno porte, como obras e compra de máquinas, equipamentos, insumos e materiais. Porém, quando considerado o período mais recente, os desembolsos nessa linha foram bem modestos, chegando a uma média de 0,068% dos desembolsos totais do BNDES, entre 2007 e 2016.

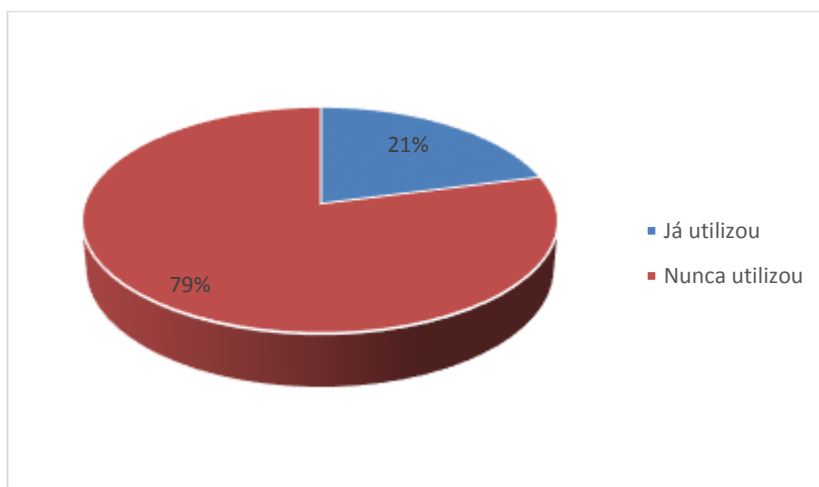
Em maio de 2017, o Sebrae realizou uma sondagem com 805 Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para identificar como era a relação das MPE com o BNDES. Entre os resultados

²⁴ Segundo De PAULA, 2017.

²⁵ As microempresas passaram a ser classificadas como aquelas com faturamento de até R\$360 mil/ano, as pequenas empresas até R\$3,6 milhões/ano, as médias até R\$300 milhões/ano e as grandes acima de R\$300 milhões/ano. Anteriormente, os limites eram correspondentemente R\$2,4 milhões/ano, R\$16 milhões/ano, R\$90 milhões/ano e acima de R\$300 milhões/ano (e havia um segmento “média-grande”, entre R\$90 milhões/ano e R\$300 milhões/ano).

encontrados, verificou-se que 21% dessas empresas já utilizaram recursos do banco e 79% das MPE nunca utilizaram (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Proporção de MPE que já utilizou recursos do BNDES²⁶



Fonte: SEBRAE (2017).

Nota: Nessa pesquisa, participaram 805 MPE segundo o critério de faturamento da Lei Geral das MPE.

Tabela 8 - Por que nunca utilizou as linhas de financiamento do BNDES?

Fatores externos	66%
Não precisou	43%
Não conhece	17%
Ninguém ofereceu	4%
Não gosta de empréstimo	2%
Fatores passíveis de intervenção	27%
Tentou mas não conseguiu	10%
Burocracia	7%
BNDES não trabalha com MPE	4%
Dificuldades com Banco repassador	4%
Dificuldade acesso BNDES	2%
Outros	8%
TOTAL	100%

Fonte: SEBRAE (2017).

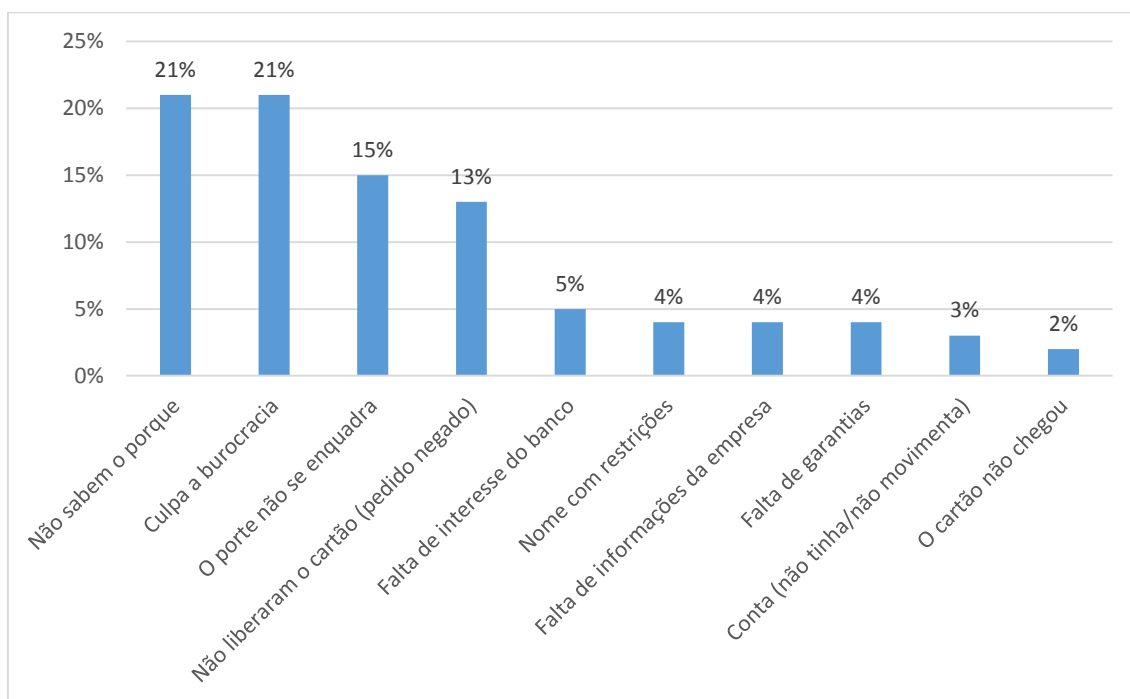
Nota: Nessa pesquisa, participaram 805 MPE segundo o critério de faturamento da Lei Geral das MPE.

²⁶ A pergunta feita aos entrevistados foi: “O BNDES tem algumas linhas de financiamento voltadas para as pequenas empresas que são operadas pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica e alguns bancos privados. São exemplos: o Cartão BNDES, o BNDES Automático, Finame, Finem e o Progeren. Alguma vez o(a) Sr.(a) utilizou algumas dessas linhas de financiamento?” (ESP – RU)

Entre as empresas que nunca utilizaram recursos do BNDES, é possível identificar pelo menos duas ordens de fatores explicativos (Tabela 8). Dois terços (66%) podem ser classificados como são fatores externos, sobre os quais é menor a chance de uma intervenção, pois estão associados ao perfil do empresário: 43% não precisa, 17% não conhece as linhas, 4% diz que ninguém ofereceu e 2% não gosta de empréstimos. Perto de um terço (27%) podem ser classificados como fatores intervenientes, em que já houve manifesto interesse da demanda, mas esta encontrou algum tipo de dificuldade: 10% tentou mas não conseguiu, 7% citou a burocracia, 4% acredita que o BNDES não trabalha com MPE, 4% encontrou dificuldade no banco repassador e 2% citaram dificuldades de acesso ao BNDES. Oito por cento dos respondentes citou outros fatores.

Quando perguntado aos empresários que tentaram, mas não conseguiram, verifica-se uma grande variedade de respostas, mas que aparentemente estão associadas à política de concessão de crédito dos bancos repassadores (Gráfico 16). Assim, 21% não souberam afirmar o por que foram recusados, 21% culpam a burocracia dos bancos, 15% afirmaram que o banco disse que o porte não se enquadra, 13% não tiveram o cartão liberado (pedido negado), 4% tinham nome com restrições, 4% faltava informações da empresa, 4% citou falta de garantias e 2% que o cartão não chegou.

Gráfico 16 – Por que não conseguiu obter o financiamento do BNDES?



Fonte: SEBRAE (2017).

Nota: Nessa pesquisa, participaram 805 MPE segundo o critério de faturamento da Lei Geral das MPE.

Pesquisa recente da FIESP²⁷, com 1.036 empresas indústrias, reforça que as dificuldades que as empresas enfrentam quando demandam linhas de financiamento com recursos do BNDES estão concentradas nas políticas de crédito dos bancos repassadores (Quadro 1 e Tabela 9).

Quadro 1 - Principais Resultados da Pesquisa da FIESP (2017)

39% das empresas industriais tentou acessar linha do BNDES:
<ul style="list-style-type: none"> • 55% conseguiu • 45% não conseguiu

Fonte: FIESP (2017)

Tabela 9 – Principal motivo apontado pelas empresas industriais entrevistadas, para a não aprovação do crédito com recursos do BNDES, por parte dos bancos operadores

Política de crédito do banco operador	% de respostas
Excesso de exigência de documentos	64%
Falta de garantias/garantias muito elevadas	49%
Linha não fornecida pelo banco	37%
Falta de relacionamento/reciprocidade	35%
Custo de garantia elevado	30%
Redução do limite de financiamento	26%
Taxa de juros muito elevada (TJLP+spread)	15%
Banco acha incompatível valor solicitado com a receita	14%
Prazos e carência inadequados	14%
Restrições das empresas	
Problemas com a documentação	36%
Problemas financeiros da empresa	29%
Falta de CND da empresa	22%
A linha oferecida não atende a necessidade	19%
Outras restrições cadastrais	16%
Projeto considerado inviável	12%
Falta plano de negócios	6%
Nenhuma das alternativas anteriores	7%

Fonte: FIESP (2017).

A pesquisa da FIESP mostra que 39% das empresas industriais tentou acessar as linhas de crédito do BNDES nos últimos 2 anos. Entre as que tentaram, 55% conseguiu a aprovação do crédito

²⁷ FIESP (2017), “Pesquisa de Acesso ao Crédito do BNDES”. Departamento de Competitividade e Tecnologia, FIESP, junho, 2017.

desejado e 45% não conseguiu. O grau de aprovação foi relativamente elevado entre as grandes empresas (77%), intermediário nas médias empresas (55%) e mais baixo nas pequenas empresas da amostra (46% obtiveram aprovação)²⁸.

Entre as empresas que não obtiveram a aprovação do seu pedido de empréstimo, os três principais motivos apontados foram 64% exigência de documentação, 49% falta de garantias e 37% citou linha de crédito fechada ou não fornecida pelo banco operador. Além disso, quando classificadas as razões pela não aprovação entre dois grandes grupos, política de crédito do banco e restrições das empresas, de fato, aquele primeiro grupo parece ser predominante.

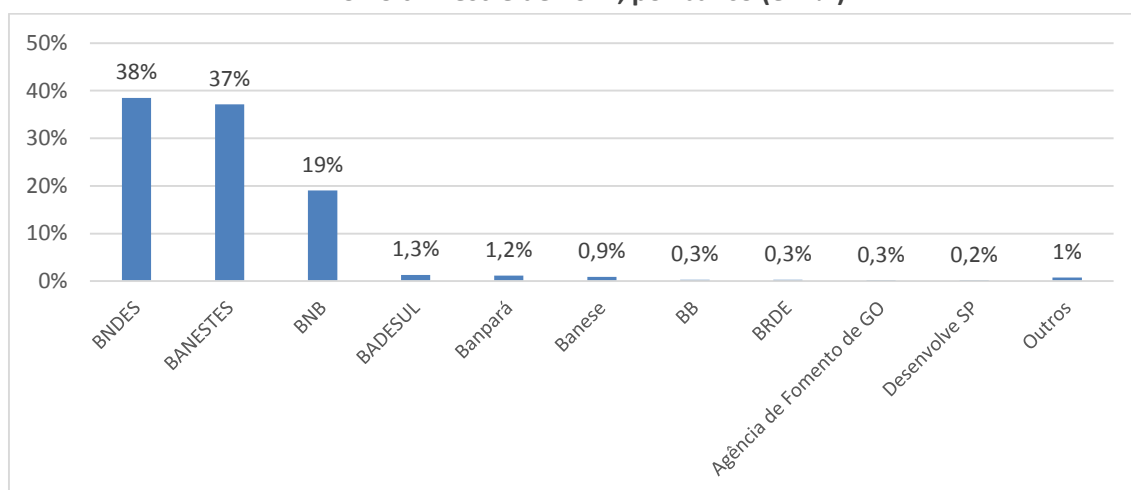
²⁸ A classificação por porte desta pesquisa da FIESP se baseou no número de funcionários.

4. A RELAÇÃO DAS MPE COM OS BANCOS PÚBLICOS

Quando considerado apenas o valor total da Carteira de Crédito Ativa dos bancos públicos, concedidos às MPE, verifica-se que apenas 3 bancos respondem por 95% dos recursos dos bancos públicos disponibilizados aos Pequenos Negócios (Gráfico 17): BNDES (38%), Banco de Estado do Espírito Santo – Banestes (37%) e Banco do Nordeste do Brasil – BNB (19%). Há também, nesta carteira, a participação de um grande número de agências de fomento estaduais (p.ex. Goiás Fomento, Desenvolve SP, Age Rio, Fomento Paraná, Agência de Fomento de SC, etc.).

Curiosamente, o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF), aparecem apenas nas 7ª e 16ª posição do ranking dos bancos públicos. Isto porque a maior parte dos recursos que estes dois bancos utilizam para conceder empréstimos às MPE são, de fato, oriundos do BNDES. Levando em conta apenas os recursos próprios, BB e CEF participam respectivamente com 0,3% e 0,1% do valor total da carteira de crédito ativa dos bancos públicos, concedido às MPE.

Gráfico 17 - Distribuição da Carteira de Crédito Ativa dos bancos públicos, concedidos às MPE, no 1º trimestre de 2017, por banco (em %)



Fonte: If.data (BACEN)

Entre o 1º trimestre de 2016 e o 1º trimestre de 2017, a carteira de crédito concedido às MPE, nas mãos dos bancos públicos, caiu 30%, passando de R\$189 milhões para R\$131 milhões (Tabela 10).

A importância do BNDES nesse contexto é fundamental. Note-se que além de ser o principal responsável pela carteira de crédito às MPE disponibilizada pelos bancos públicos, foi um dos que sofreu maior queda na oferta de crédito (-39%), entre o 1º semestre de 2016 e o 1º semestre de

2017. Mais da metade da queda no valor dessa carteira, nesse período, se deu no volume de recursos do BNDES (queda de R\$ 32 milhões no BNDES, contra uma queda de R\$ 58 milhões no total da carteira de crédito com recursos públicos). No entanto, deve se destacar que isso está associada não só ao BNDES, mas também, e principalmente, à política mais cautelosa de concessão de empréstimos dos agentes financeiros repassadores de recursos do banco, no período de maior retração da economia brasileira.

Tabela 10 – Evolução da Carteira de Crédito Ativa dos bancos públicos, concedidos às MPE, por banco (em R\$ e em variação %)

Bancos Públicos (*)	1º trim/16	1º trim/17	Variação
BNDES	82.853.354,48	50.605.216,00	-39%
Banestes	69.104.615,50	48.804.930,00	-29%
BNB	28.736.150,88	25.085.617,00	-13%
Badesul	2.259.764,11	1.748.888,00	-23%
Banpará	1.501.445,13	1.559.956,00	4%
Banese	1.684.427,10	1.213.208,00	-28%
BB	526.974,94	414.448,00	-21%
BRDE	646.814,03	402.524,00	-38%
Agência de Fomento Goiás	380.134,07	329.935,00	-13%
Agência de Fomento Desenvolve SP	244.544,81	265.497,00	9%
Agência de Fomento Estado RJ	263.992,54	222.426,00	-16%
Banrisul	171.282,80	159.560,00	-7%
Agência de Fomento Paraná	87.462,47	107.716,00	23%
Bco da Amazônia	102.358,31	101.929,00	0%
Agência de Fomento de SC (BADESC)	81.421,52	101.484,00	25%
Caixa Econômica Federal	81.118,27	87.043,00	7%
Agência de Fomento de MT	103.203,22	79.008,00	-23%
BDMG	106.135,34	75.544,00	-29%
Agência de Fomento do AM	53.633,39	41.247,00	-23%
Agência de Fomento do RN	28.793,04	25.407,00	-12%
Agência de Fomento do TO	16.582,54	17.596,00	6%
Agência de Fomento do AP	8.250,49	7.717,00	-6%
Agência de Fomento de AL	3.972,57	6.464,00	63%
Agência de Fomento de RR	2.576,58	5.501,00	114%
Bco de Desenvolvimento do ES	5.967,75	2.781,00	-53%
Agência de Fomento de PE	3.347,25	2.678,00	-20%
BRB	828,19	1.443,00	74%
Ccris Cândido de Abreu	1.302,93	1.114,00	-15%
TOTAL	189.060.454,23	131.476.877,00	-30%

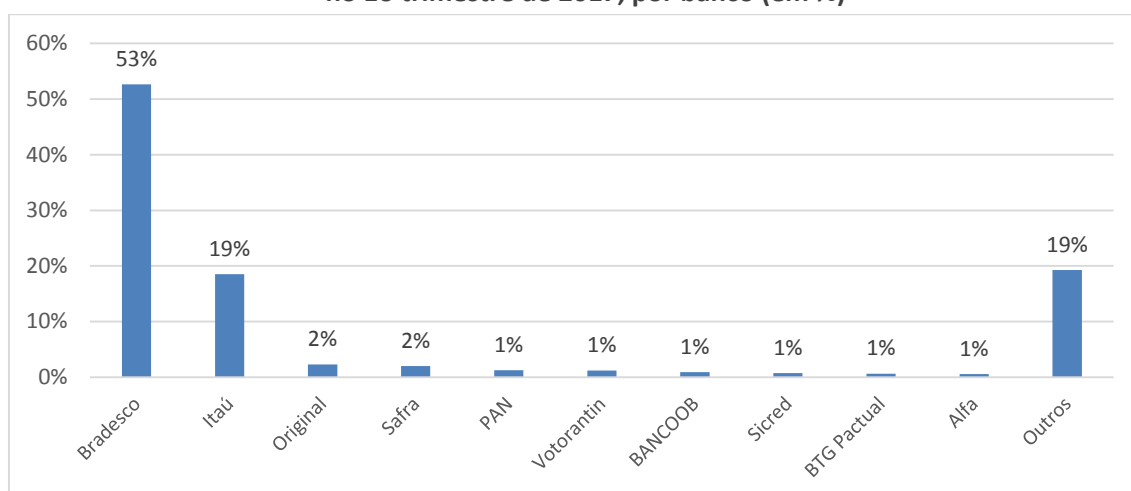
Fonte: If.data (BACEN). Dados deflacionados pelo INPC.

Nota: (*) inclui: banco comercial, banco múltiplo com carteira comercial, caixa econômica, banco múltiplo sem carteira comercial, banco de investimento, cooperativas centrais e confederações de crédito, cooperativas de crédito singulares e banco de desenvolvimento, instituições financeiras com controle de capital público.

5. A RELAÇÃO DAS MPE COM OS BANCOS PRIVADOS NACIONAIS

Do valor total da Carteira de Crédito Ativa dos bancos privados, concedidos às MPE, 71% são concedidos por apenas dois bancos (Gráfico 18): Bradesco (53%) e Itaú (19%). Os 29% restantes dos recursos privados concedidos às MPE, estão distribuídos em mais de 850 instituições privadas. Há também, na carteira, a participação de um grande número de cooperativas de crédito (p.ex. Sicred, Sicoob, etc.).

Gráfico 18 - Distribuição da Carteira de Crédito Ativa dos bancos privados, concedidos às MPE, no 1º trimestre de 2017, por banco (em %)



Fonte: If.data (BACEN)

Entre o 1º trimestre de 2016 e o 1º trimestre de 2017, a carteira de crédito concedido às MPE, nas mãos dos bancos privados nacionais, caiu 15%, passando de R\$112 milhões para R\$95 milhões (Tabela 11). A queda do valor da carteira dos dois principais bancos, Bradesco e Itaú (-R\$16,4 milhões) foi praticamente a mesma do conjunto das instituições bancárias privadas nacionais (-R\$16,7 milhões). Curiosamente, no segmento privado, houve uma grande variabilidade de resultados. O Banco BIC, por exemplo, registrou queda de 55%, mas o Banco Cooperativo Sicred, o Sicredi Vanguarda PR/SP, o Maxi Alfa, a Pioneira da Serra Gaúcha e o BTG Pactual apresentaram aumento de respectivamente 47%, 42%, 32%, 31% e 24%. Portanto, houve avanço no caso de algumas cooperativas de crédito e alguns bancos privados que optaram por ampliar sua participação no mercado de crédito concedido às MPE.

Tabela 11 – Evolução da Carteira de Crédito Ativa dos bancos privados, concedidos às MPE, por banco (em R\$ e em variação %)

Bancos Privados Nacionais (*)	1º trim/16	1º trim/17	Variação
Bradesco	63.826.020,65	50.405.875,00	-21%
Itaú	20.751.935,26	17.742.288,00	-15%
Original	1.969.344,92	2.198.361,00	12%
Safra	1.696.974,32	1.906.997,00	12%
PAN	1.373.838,67	1.208.276,00	-12%
Votorantin	2.417.850,31	1.156.304,00	-52%
BANCOOB	949.229,36	877.963,00	-8%
Sicred	465.895,20	684.329,00	47%
BTG Pactual	502.956,51	624.995,00	24%
Alfa	704.290,32	526.640,00	-25%
Vale do Itajaí	469.350,16	515.865,00	10%
Fibra	409.344,34	477.780,00	17%
BMG	585.163,34	439.653,00	-25%
Mercantil	677.371,15	396.536,00	-41%
Luso brasileiro	325.830,40	370.094,00	14%
Maxi Alfa	235.826,90	311.538,00	32%
BIC	538.724,30	243.488,00	-55%
Porto Seguro	221.681,87	233.939,00	6%
Sicredi Vanguarda PR/SP	164.186,76	232.381,00	42%
Pioneira da Serra Gaúcha	156.666,16	204.704,00	31%
Outros	14.059.419,44	15.006.169,00	7%
TOTAL	112.501.900,33	95.764.175,00	-15%

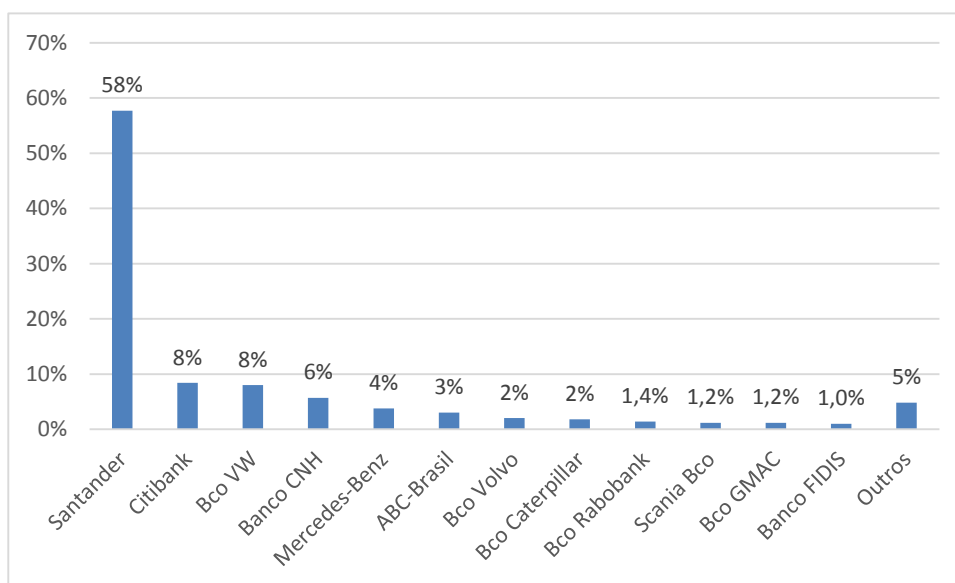
Fonte: If.data (BACEN). Dados deflacionados pelo INPC.

Nota: (*) inclui: banco comercial, banco múltiplo com carteira comercial, caixa econômica, banco múltiplo sem carteira comercial, banco de investimento, cooperativas centrais e confederações de crédito, cooperativas de crédito singulares e banco de desenvolvimento, instituições financeiras com controle de capital privado nacional.

6. A RELAÇÃO DAS MPE COM OS BANCOS PRIVADOS ESTRANGEIROS

A Carteira de Crédito Ativa dos bancos estrangeiros, junto às MPE, é fortemente concentrada em três bancos (Gráfico 19): o Banco Santander (58% da carteira), o Citibank (8%) e o Banco VW (8%). Estes três detêm, juntos, 74% dos recursos de bancos estrangeiros disponibilizados às MPE. Além da atuação forte do Santander e do Citibank, nessa carteira, chama a atenção a presença de vários bancos de montadoras de veículos (VW, MB, Volvo, Caterpillar, Scania, GM e Toyota). Isto parece estar associado ao financiamento de veículos, consórcios de veículos e venda de seguros de veículos (automóveis, tratores e caminhões). Trata-se, portanto, de um segmento bastante específico de financiamento às MPE.

Gráfico 19 - Distribuição da Carteira de Crédito Ativa dos bancos estrangeiros, concedidos às MPE, no 1º trimestre de 2017, por banco (em %)



Fonte: If.data (BACEN)

O valor desta carteira caiu 27%, entre o 1º trimestre de 2016 e o 1º trimestre de 2017, passando de R\$49 milhões para R\$36 milhões, queda de R\$13,6 milhões (Tabela 12). Apesar dessa queda no conjunto da carteira, verifica-se que em algumas instituições financeiras, houve aumento dos valores emprestados. Este foi o caso, por exemplo, do líder Santander (+3%), o Banco CNH (+13%), ABC-Brasil (+3%) e do Banco GMAC (+21%).

Tabela 12 – Evolução da Carteira de Crédito Ativa dos bancos estrangeiros, concedidos às MPE, por banco (em R\$ e em variação %)

Bancos Estrangeiros (*)	1º trim/16	1º trim/17	Variação
Santander	20.127.167,50	20.819.411,00	3%
Citibank	3.356.137,58	3.027.727,00	-10%
Bco VW	4.296.743,14	2.887.347,00	-33%
Banco CNH	1.826.384,60	2.059.084,00	13%
Mercedes-Benz	1.973.041,43	1.365.947,00	-31%
ABC-Brasil	1.047.753,12	1.078.876,00	3%
Bco Volvo	991.060,05	726.031,00	-27%
Bco Caterpillar	734.839,07	651.461,00	-11%
Bco Rabobank	604.317,23	497.383,00	-18%
Scania Bco	601.080,82	426.612,00	-29%
Bco GMAC	350.690,61	425.343,00	21%
Banco FIDIS	834.263,18	354.645,00	-57%
ING	1.992.975,40	254.118,00	-87%
Bco Toyota	214.542,95	188.814,00	-12%
BMW	111.444,30	135.116,00	21%
BNP Paribas	9.227,16	123.675,00	1240%
John Deere	231.248,88	108.723,00	-53%
Bco de Lage Landen	125.495,22	99.445,00	-21%
Bco Continental	129.463,61	81.541,00	-37%
Intesa Sanpaolo	64.379,93	78.408,00	22%
Outros	10.077.229,99	673.504,00	-93%
TOTAL	49.699.485,76	36.063.211,00	-27%

Fonte: If.data (BACEN). Dados deflacionados pelo INPC.

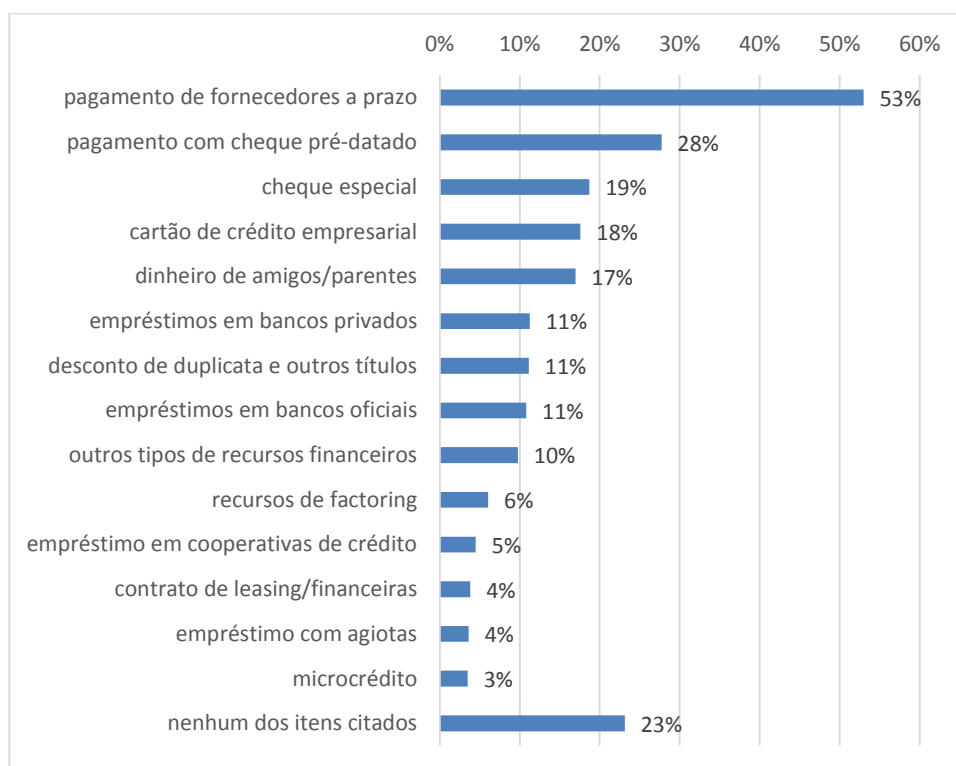
Nota: (*) inclui: banco comercial, banco múltiplo com carteira comercial, caixa econômica, banco múltiplo sem carteira comercial, banco de investimento, cooperativas centrais e confederações de crédito, cooperativas de crédito singulares e banco de desenvolvimento, instituições financeiras com controle de capital privado estrangeiro.

7. PESQUISA “O FINANCIAMENTO DAS MPE NO BRASIL” (2017)

Desde 2013, o Sebrae tem divulgado os resultados da sua pesquisa anual sobre “O Financiamento das MPE no Brasil”. Esta seção tem como objetivo sistematizar a evolução das informações levantadas nos últimos anos e apresentar os resultados do último trabalho, concluído em agosto de 2017.

O objetivo da pesquisa é identificar/monitorar como o universo de Micro e Pequenas Empresas²⁹ financiam seus negócios. Em 2017, foram entrevistadas 6.889 empresas, entre os dias 25 de maio e 1 de agosto, e apresenta uma margem de erro de 1 p.p.

Gráfico 20 – Tipos de financiamento que estava utilizando no momento da entrevista (2017)



Fonte: Sebrae (2017)

As 5 fontes de financiamento mais citadas, pelos entrevistados, no momento da entrevista, foram (Gráfico 20): o pagamento de fornecedores a prazo (citado por 53% dos entrevistados), o uso de cheque pré-datado (28%), cheque especial (19%), o cartão de crédito empresarial (18%) e o dinheiro de amigos e parentes (17%). Empréstimos comerciais, em bancos privados e em bancos públicos, são citados apenas na 6ª e 8ª posição do *ranking*. Isto mostra que as formas mais

²⁹ Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

tradicionais de financiamento (empréstimos em bancos) são preteridas em relação ao crédito comercial (negociação de prazos de fornecedores e uso de cheque pré-datado). Isso em função da maior facilidade de obtenção de crédito comercial, comparado ao bancário.

Entre 2013 e 2017, verificou-se uma queda no uso de quase todas as opções de financiamento pesquisadas (Tabela 13). Na direção inversa, a proporção de empresas que não utiliza nenhum dos itens pesquisados cresceu de 15% para 23%. Isto mostra que, no período em análise, houve um “enxugamento” generalizado do crédito na economia (e não só bancário). Apenas as opções “dinheiro de amigos e parentes” e “outros recursos financeiros” apresentaram expansão no período.

Tabela 13 – Tipos de financiamento que estava utilizando no momento da entrevista (2013-2017)

Crédito	Tipo	2013	2014	2015	2016	2017	Tendência 2013/17
Comercial	Fornecedores (negociação prazo)	63%	61%	67%	52%	53%	↓
	Cheque pré-datado	43%	35%	46%	27%	28%	↓
Bancário	Cheque especial (*)	54%	24%	29%	20%	19%	↓
	Cartão de crédito empresarial	n.d.	25%	28%	21%	18%	↓
	Bancos privados (empréstimo)	21%	19%	15%	13%	11%	↓
	Desconto de duplicata/títulos	14%	11%	17%	11%	11%	↓
	Bancos oficiais (empréstimo)	25%	23%	28%	15%	11%	↓
	Factoring	11%	6%	11%	5%	6%	↓
	Cooperativas de crédito	5%	4%	9%	5%	5%	cte
	Leasing/financeiras	11%	8%	6%	5%	4%	↓
	Microcrédito	5%	6%	8%	6%	3%	↓
Informal	Dinheiro de amigos/parentes	13%	13%	13%	14%	17%	↑
	Agiotas	4%	3%	4%	3%	4%	cte
Outros	Outros recursos financeiros	7%	8%	5%	9%	10%	↑
Nenhum dos itens citados		15%	16%	12%	22%	23%	↑

Fonte: Sebrae (2017)

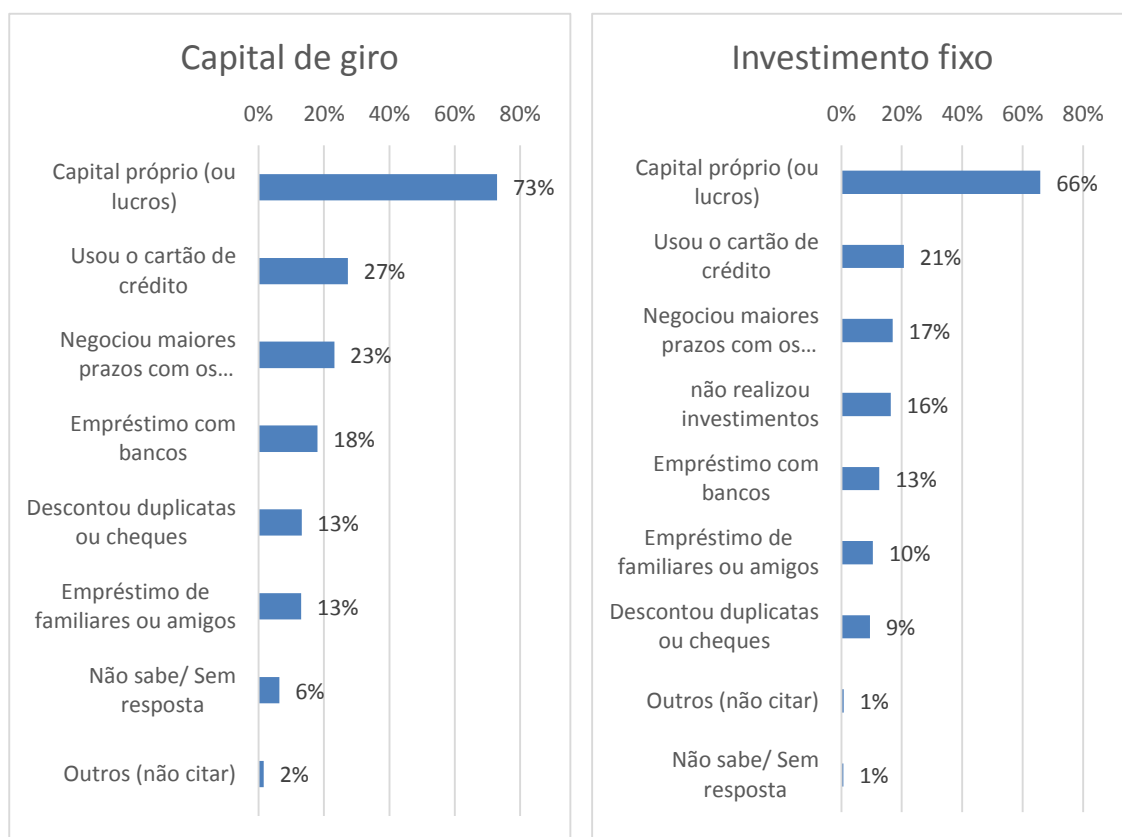
Nota: (*) Em 2013 incluiu o cartão de crédito empresarial

Além disso, não houve mudança expressiva na hierarquia dos itens citados. Os itens do “crédito comercial” (negociação de prazos com fornecedores e uso de cheque pré-datado), superaram em quase todo o período os itens do “crédito bancário”, o que espelha a dificuldade estrutural de acesso das MPE a este último tipo de crédito. Ainda, no âmbito do crédito bancário, o uso do “cheque especial” e do “cartão de crédito empresarial” foram sempre as opções mais utilizadas. Porém, deve-se lembrar que estas duas alternativas estão entre as mais caras disponibilizadas

pelos bancos. A opção por elas está associada à facilidade de acesso (pouca burocracia) a este tipo de crédito, comparadas às demais opções oferecidas pelos bancos. O microcrédito que poderia ser opção interessante para os negócios menores também encolheu, em termos proporcionais, o que, provavelmente, se deve ao desinteresse dos bancos por este tipo de crédito. Isto devido à baixa margem de lucro, neste tipo de operação e/ou custos operacionais elevados, por operação de microcrédito.

Especificamente em 2017, pela primeira vez, foram feitas duas perguntas que visavam identificar as fontes de recursos utilizadas, de forma separada, para financiar o capital de giro e os investimentos fixos, nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa (Gráfico 21). O principal recurso utilizado foi o capital próprio: 73% das empresas citaram seu uso para capital de giro e 66% citaram seu uso para os investimentos fixos. O cartão de crédito foi o segundo item mais citado (27% usou para giro e 21% para investimento). E a “negociação de maiores prazos com os fornecedores” foi o terceiro item mais citado em ambos (23% no giro e 17% no investimento).

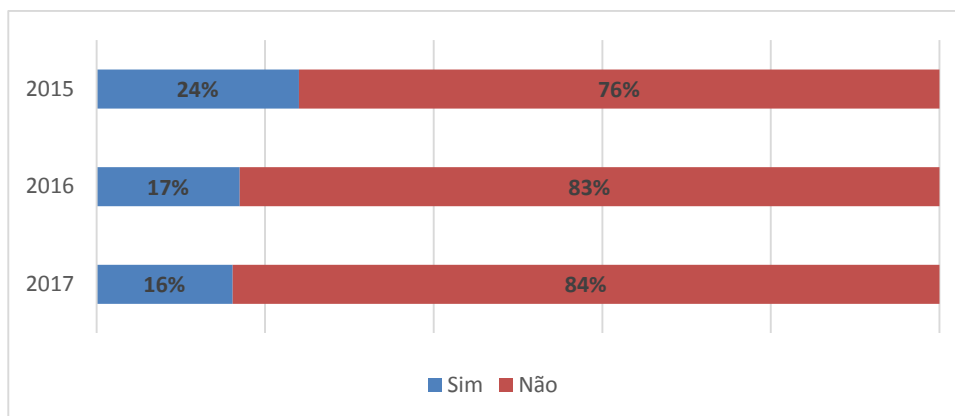
Gráfico 21 - Tipos de recursos que utilizou, nos últimos 12 meses, para financiar o capital de giro e os investimentos fixos da empresa (2017)



Fonte: Sebrae (2017)

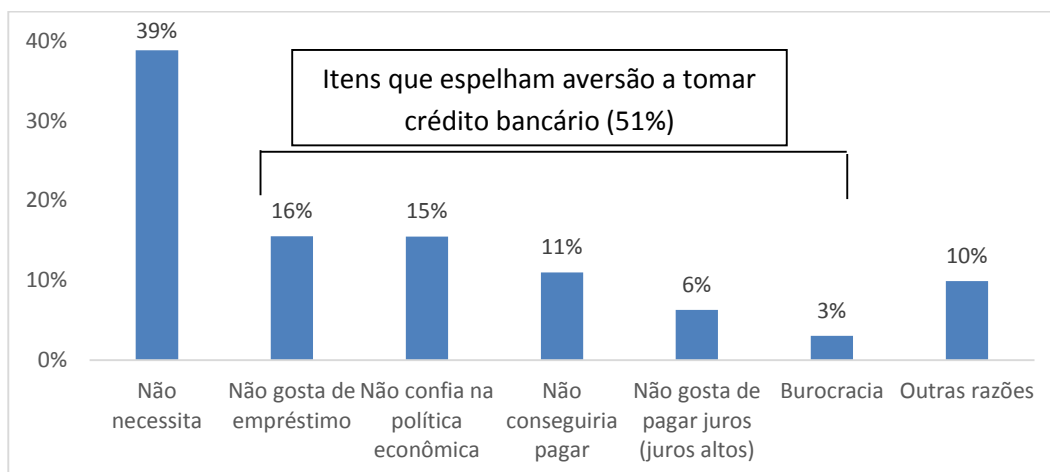
Caiu também a proporção de empresas que, nos últimos 6 meses, tentou empréstimo/financiamento novo em bancos, espelhando uma retração na demanda por crédito (Gráfico 22). Em 2015, 24% tentaram empréstimos novos, proporção que passou para 17% em 2016 e 16% em 2017. As principais razões apontadas pelos que não tentaram empréstimo novo em banco foram (Gráfico 23) “não necessita” (39%), seguido por “não gosta” (16%), “não confia na política econômica” (15%), “não conseguiria pagar” (11%), não gosta de pagar juros/juros altos (6%), 3% citam a burocracia e 10% outras razões. Note-se que a soma da 2ª à 6ª opção de resposta espelha, em certa medida, uma aversão das empresas à tomar empréstimos em bancos, totalizando 51% dos respondentes desta questão.

Gráfico 22 – Nos últimos 6 meses, a empresa tentou empréstimo/financiamento NOVO em banco (2015-2017)?



Fonte: Sebrae (2017)

Gráfico 23 – Por que não tentou empréstimo em banco (2017)?

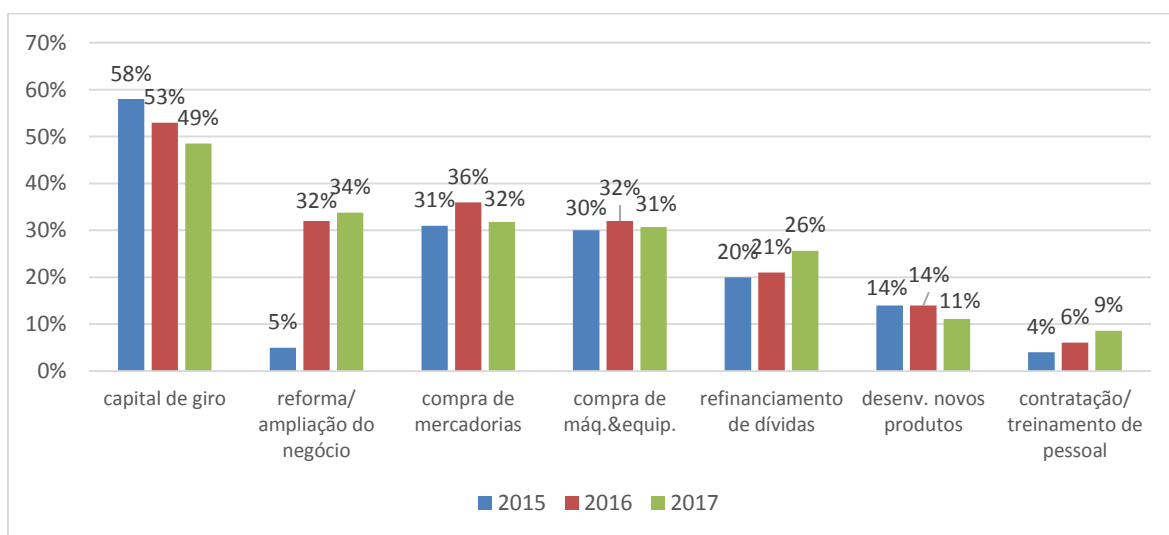


Fonte: Sebrae (2017)

Em 2017, nos empréstimos novos concedidos, a demanda por crédito para “capital de giro” continuou sendo a finalidade mais citada, embora tenha havido uma queda de 53% para 49%, na comparação com o ano anterior (Gráfico 24). Assim como este item, vários outros também apresentaram queda, tais como “compra de mercadorias”, (de 36% para 32%), “compra de máquinas e equipamentos” (32% para 31%) e “desenvolvimento de novos produtos” (de 14% para 11%).

Na outra direção, apresentaram expansão o item “reforma/ampliação do negócio” (de 32% para 34%), “refinanciamento de dívidas” (de 21% para 26%) e “treinamento de pessoal” (de 6% para 9%). Estes resultados estão em sintonia com a situação da economia nacional. Diante de uma economia mais fraca, caem a demanda de crédito mais comuns (para giro e investimentos) e ampliam-se as necessidades de reforma (no lugar de novos investimentos) e refinanciamento de dívidas (já que na crise é normal as empresas terem dificuldades de pagar as dívidas que já vinham carregando).

Gráfico 24 – Finalidade do empréstimo novo (2015-2017)?

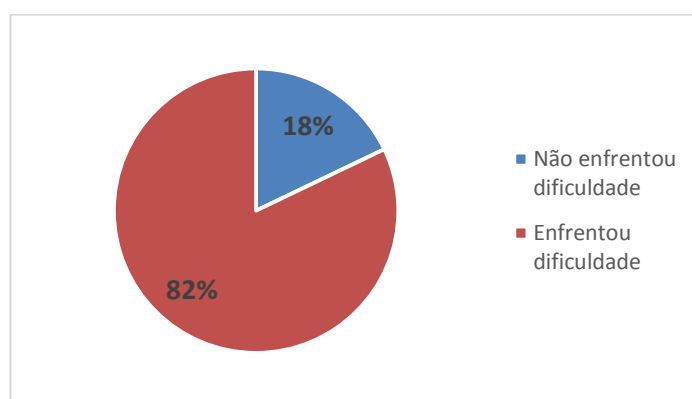


Fonte: Sebrae (2017)

Nota: * apenas entre as empresas que tentaram obter empréstimo novo

Considerando apenas as empresas que tentaram obter empréstimos novos, 82% enfrentaram algum tipo de dificuldade (Gráfico 25). Entre 2015 e 2017, a hierarquia das principais dificuldades encontradas para obter empréstimo no banco não sofreu alteração significativa (Gráfico 26). Neste último ano, 48% das empresas que tentaram citaram a taxa de juros muito alta, 20% a falta de garantias reais, 16% a falta de avalista/fiador, 11% a documentação fiscal exigida, 10% a documentação contábil exigida e 10% outras dificuldades. Cerca de 18% dos que tentaram obter empréstimo não encontraram nenhuma dificuldade.

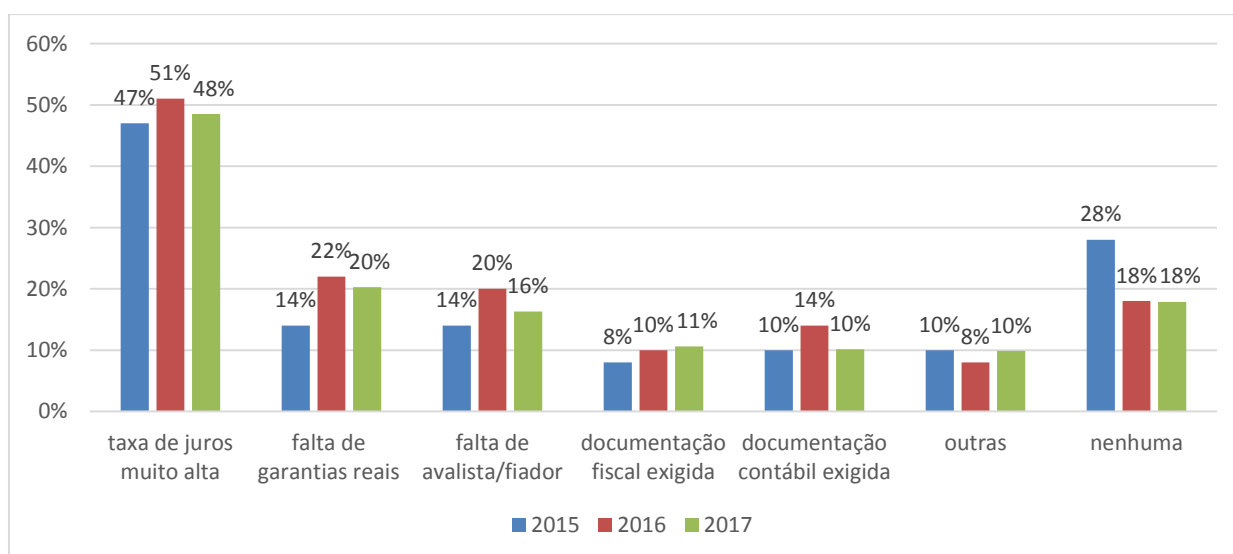
Gráfico 25 – Proporção das empresas* que enfrentaram dificuldade para obter empréstimos novos (2017)?



Fonte: Sebrae (2017)

Nota: * apenas entre as empresas que tentaram obter empréstimo novo

Gráfico 26 – Principais dificuldades que encontrou para obter empréstimo novo (2015-2017)?

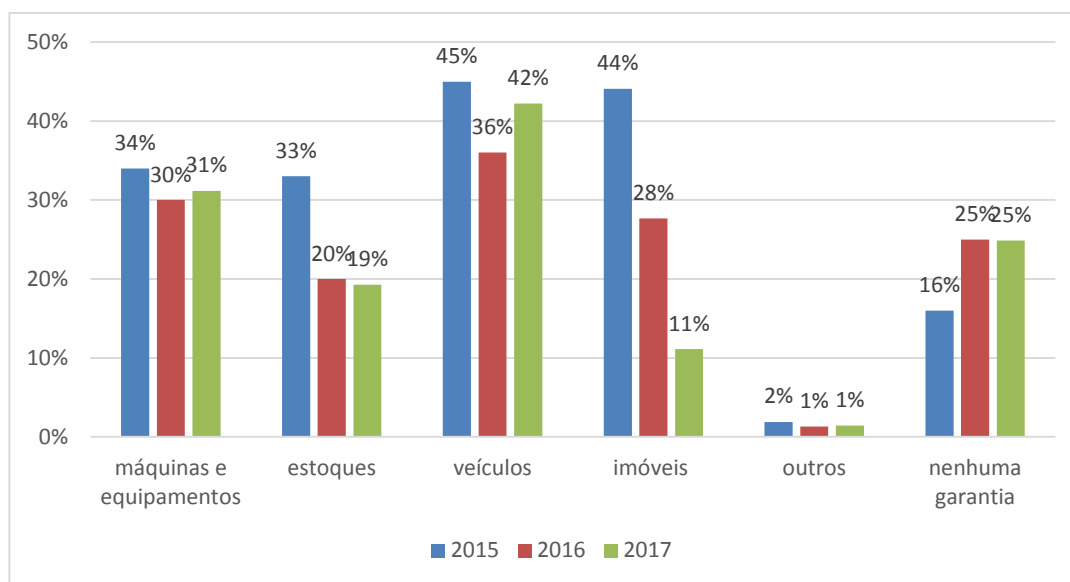


Fonte: Sebrae (2017)

Nota: * apenas entre as empresas que tentaram obter empréstimo novo

Em 2017, cerca de ¼ das empresas afirmou que não possui nenhum bem que poderia apresentar como garantia, caso desejasse um empréstimo novo. Este resultado é semelhante ao verificado no ano anterior (Gráfico 27). “Veículos” foi o item mais citado como possível garantia (42% citaram em 2017), seguido pelo item máquinas e equipamentos (31%), estoques (19%) e imóveis (11%). Verifica-se uma queda forte na proporção das empresas que teria um imóvel para oferecer como garantia (chegou a 44% das empresas em 2015 e apenas 11% em 2017). Caiu também a proporção das empresas que tem estoques a oferecer como garantia (de 33% das empresas em 2015 para 19% em 2017). Em parte, isso também parece estar associado ao desaquecimento da economia, que pode levar à redução dos níveis médios de estoque e pode reduzir os ativos imobilizados disponíveis às empresas (p.ex. que podem ser utilizados para pagar dívidas).

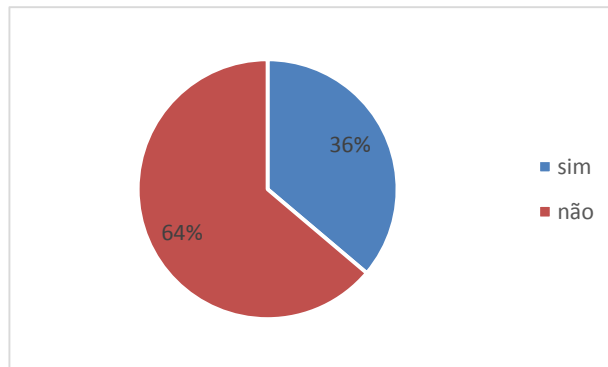
Gráfico 27 – Tipos de garantia que a empresa poderia oferecer para obter empréstimo novo (2015-2017)?



Fonte: Sebrae (2017)

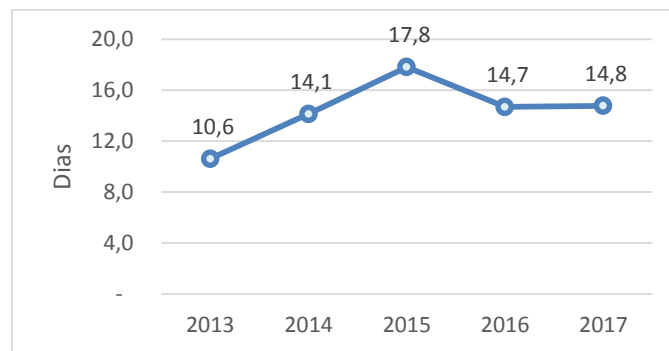
Entre 2013 e 2017, 36% das empresas da amostra tomaram e/ou mantiveram algum tipo de empréstimo/financiamento em banco (Gráfico 28). Em 2017, em média, o número de dias que os bancos levaram para liberar os empréstimos foi de 14,8 dias, ligeiramente superior à média do ano anterior (Gráfico 29). Porém, um prazo 40% maior que o identificado em 2013 (10,6 dias). Apesar dessa piora no prazo médio para a liberação dos empréstimos, em 2017, 66% dos empréstimos concedidos foram liberados em até 7 dias. Em 2013, 69% dos empréstimos concedidos foram liberados em até 7 dias (Gráfico 30).

Gráfico 28 – Tomou e/ou manteve empréstimo/financiamento entre 2013 e 2017



Fonte: Sebrae (2017)

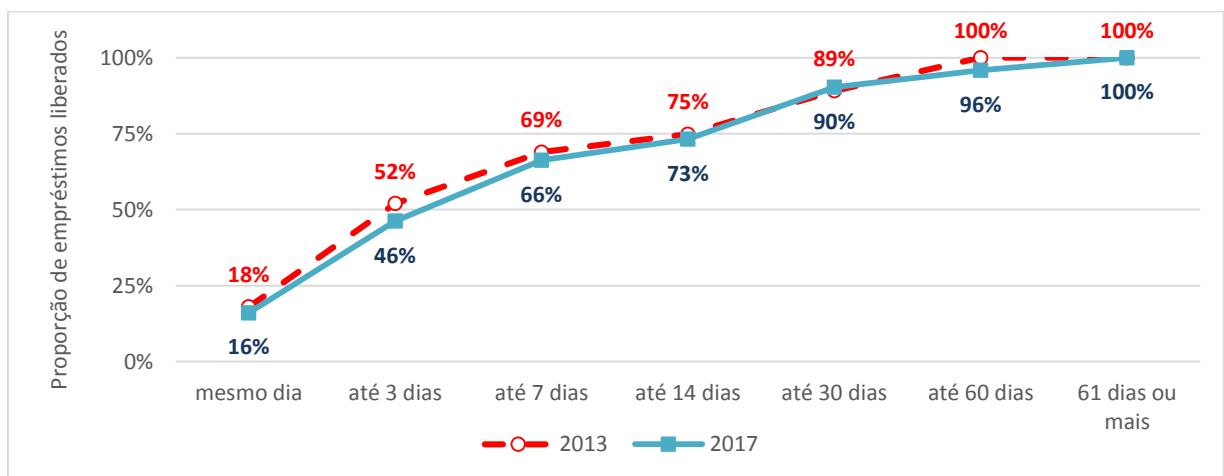
Gráfico 29 – Tempo médio que o banco levou para liberar o empréstimo*, em número de dias (2013-2017)



Fonte: Sebrae (2017)

Nota: * apenas entre as empresas que tentaram e obtiveram empréstimo

Gráfico 30 – Tempo que o banco levou para liberar o empréstimo*, por faixa de número de dias (2013-2017)

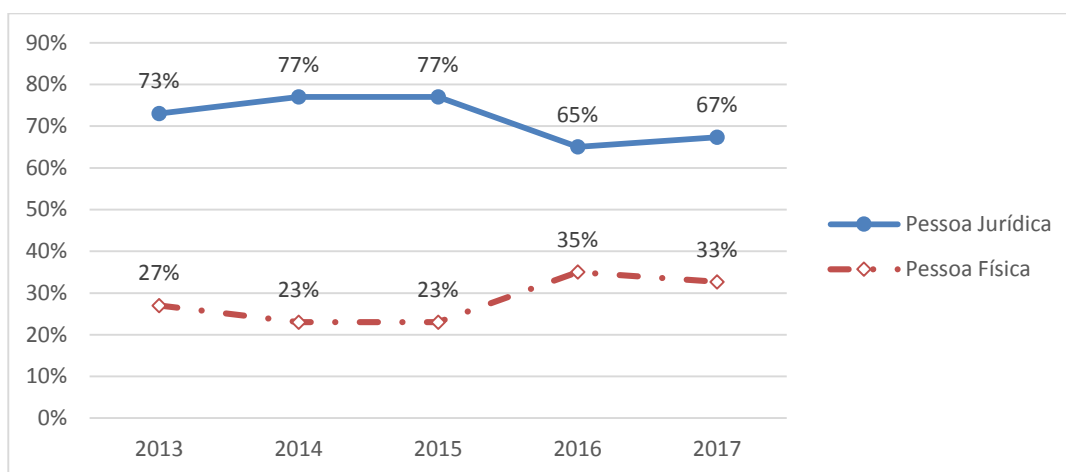


Fonte: Sebrae (2017)

Nota: * apenas entre as empresas que tentaram e obtiveram empréstimo

Em 2017, para 67% das empresas entrevistadas o empréstimo mais frequente que a empresa fez, nos últimos 5 anos, foi como Pessoa Jurídica e 33% como Pessoa Física (Gráfico 31). Embora em 2017 tenha sido ligeiramente maior a proporção dos que afirmaram tomar com mais frequência empréstimos como PJ, essa proporção está abaixo do verificado no período 2013-2015. Isso pode ser um reflexo da maior dificuldade relativa de tomar empréstimo como PJ, nos últimos 2 anos, quando a crise foi mais severa. Neste período, com medo da inadimplência, pode ter havido uma maior seletividade dos bancos para a concessão de empréstimos às PJ.

Gráfico 31 - Forma mais frequente de empréstimo/financiamento que sua empresa fez em bancos, nos últimos 5 anos (2013-2017)

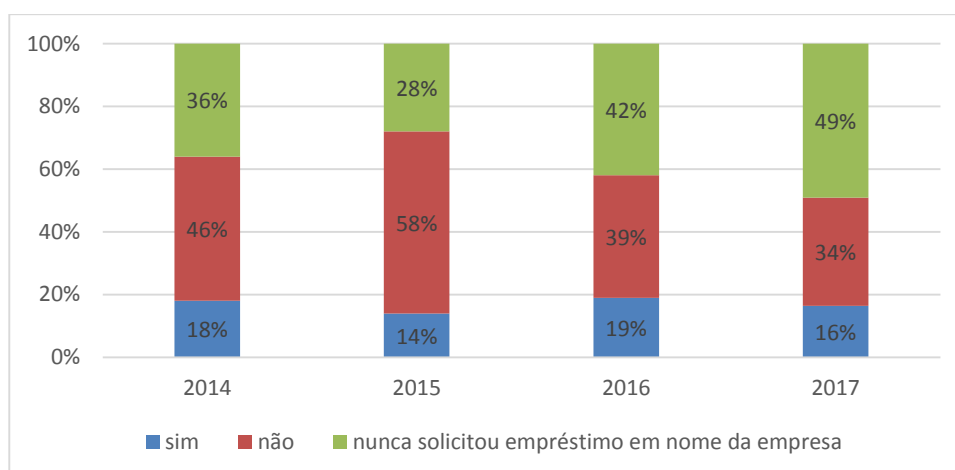


Fonte: Sebrae (2017)

Em 2017, 49% das empresas afirmaram que nunca solicitaram empréstimo em nome da empresa (Gráfico 32). Este foi o maior índice da série histórica e pode estar associado a:

- (1) as empresas novas podem ter tido mais dificuldade para conseguir empréstimos: as empresas novas são, em geral, as que enfrentam maior dificuldade para obter crédito bancário, devido ao pouco tempo de atividade (histórico da empresa) e níveis de atividade mais baixos. Em um contexto de recessão, devido ao medo de aumento da inadimplência, os bancos tendem a ser ainda mais seletivos na concessão de empréstimos, em especial para este tipo de empresa;
- (2) à “exclusão voluntária”: por acharem que não vão conseguir, algumas empresas podem desistir antes mesmo de tentar obter empréstimo;
- (3) ao aumento na aversão das empresas a tomar empréstimo bancário.

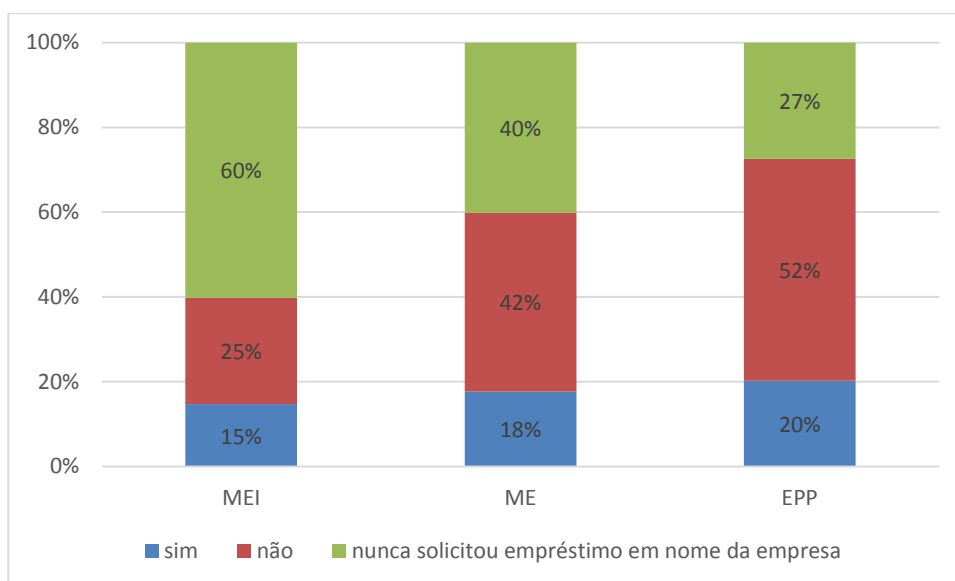
Gráfico 32 - Alguma vez o banco se negou a conceder o empréstimo/financiamento que foi solicitado em nome de sua empresa (em nome da Pessoa Jurídica)?



Fonte: Sebrae (2017)

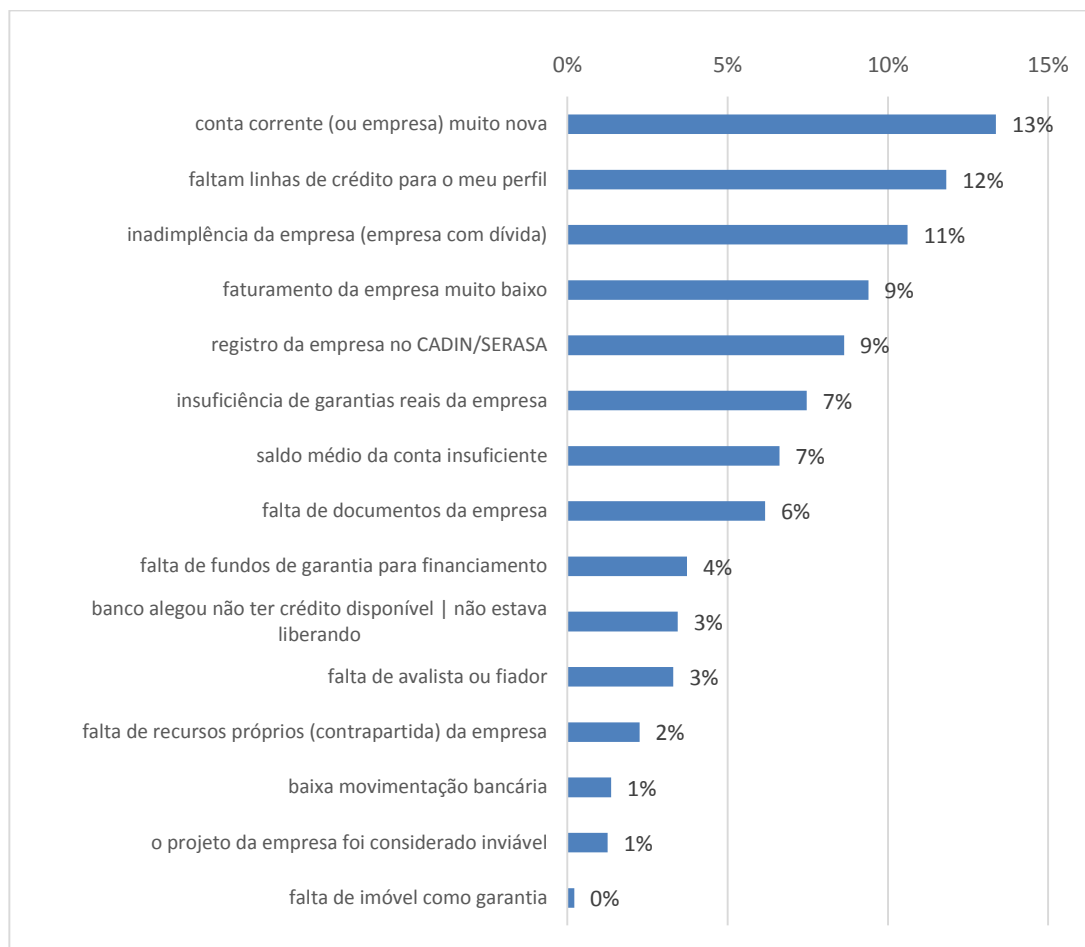
Quando analisado o resultado desta questão por porte de empresa, verifica-se a forte correlação inversa dessas variáveis. Assim, por exemplo, em 2017, 60% dos MEI nunca solicitou empréstimo em nome da empresa, proporção que cai para 40% das ME e 27% das EPP (Gráfico 33). Algumas das características intrínsecas àquele primeiro grupo (constituído por negócios mais jovens, com menos acesso à produtos financeiros e mais desconfiado da política econômica) ajudam a explicar o alto índice de quem nunca solicitou empréstimo em nome da empresa.

Gráfico 33 - Alguma vez o banco se negou a conceder o empréstimo/financiamento que foi solicitado em nome de sua empresa (em nome da Pessoa Jurídica), por porte, em 2017?



Cerca de 16% das empresas da amostra solicitaram empréstimos em nome da empresa, porém, o banco negou a concessão do mesmo. As oito principais razões para não conceder o empréstimo solicitado às empresas, dada pelos bancos, segundo os entrevistados, foram (Gráfico 34): conta corrente muito nova (13%), falta de linha de crédito para o perfil da empresa (12%), a inadimplência da empresa (11%), o faturamento muito baixo da empresa (9%), o registro no CADIN/SERASA (9%), insuficiência de garantias reais (7%), saldo médio da conta insuficiente (7%), falta de documentos da empresa (6%).

Gráfico 34 - Principal razão dada pelo banco para não conceder o empréstimo/financiamento para a sua empresa? (2017)



Fonte: Sebrae (2017)

Os diversos itens identificados como “razões” para a não concessão dos empréstimos podem ser reagrupados em duas grandes categorias (Tabela 14): (1) “INSUFICIÊNCIAS da empresa”; e (2) “INSUFICIÊNCIAS dos bancos”. As insuficiências das empresas são, de fato, características intrínsecas à muitos Pequenos Negócios, em especial, os mais novos e/ou os de menor porte, tais como falta de histórico (da empresa e/ou da relação com os bancos), falta de garantias, falta de recursos, baixo nível de atividade/movimentação, etc. Estas características esbarram muitas vezes nos critérios de seleção de clientes potenciais para os empréstimos bancários. O outro grupo, o das insuficiências dos bancos está associado à própria estratégia de concessão de crédito e/ou falta de produtos/serviços de empréstimos para este público de empresas (p.ex. faltam linhas de crédito para o perfil, falta de fundos garantidores, linha fechada, etc.).

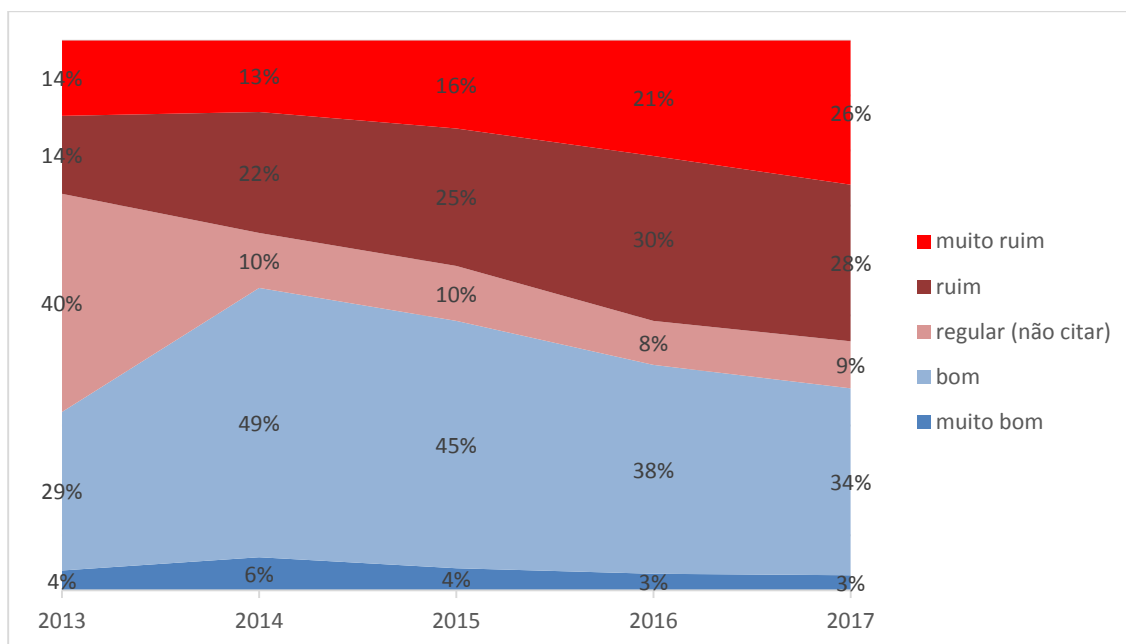
Tabela 14 - principal razão dada pelo banco para não conceder o empréstimo/financiamento para a sua empresa? (2013-2017)

“INSUFICIÊNCIAS” DAS EMPRESAS	2013	2014	2015	2016	2017
conta corrente (ou empresa) muito nova	11%	7%	6%	13%	13%
inadimplência da empresa	3%	4%	8%	7%	11%
faturamento da empresa muito baixo	9%	2%	6%	7%	9%
registro da empresa no CADIN/SERASA	10%	10%	6%	5%	9%
insuficiência de garantias reais da empresa	6%	13%	11%	8%	7%
saldo médio da conta insuficiente	3%	14%	6%	8%	7%
falta de documentos da empresa	3%	7%	7%	6%	6%
falta de avalista ou fiador	1%	6%	5%	5%	3%
falta de recursos próprios (contrapartida) da empresa	2%	3%	2%	4%	2%
baixa movimentação bancária	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1%
o projeto da empresa foi considerado inviável	1%	1%	2%	1%	1%
falta de imóvel como garantia	4%	n.d.	1%	1%	0%
já tinha outro empréstimo	3%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Dívida	n.d.	2%	n.d.	n.d.	n.d.
falta de relação com o banco	n.d.	5%	n.d.	n.d.	n.d.
“INSUFICIÊNCIAS” DOS BANCOS	2013	2014	2015	2016	2017
faltam linhas de crédito para o meu perfil	8%	5%	21%	16%	12%
falta de fundos de garantia para financiamento	5%		4%	4%	4%
banco alegou não ter crédito disponível					3%
linha de crédito fechada		2%			

Fonte: Sebrae (2017)

O ano de 2014 foi o ano em que as MPE deram sua melhor avaliação para o sistema bancário brasileiro (Gráfico 35). Naquele ano 55% dos entrevistados atribuíram um grau de bom ou muito bom ao sistema, 10% regular e 35% ruim/muito ruim. Naquele momento, o nível de concessão de empréstimos na economia encontrava-se no seu auge. As entrevistas foram feitas entre os meses de agosto e setembro do ano, quando a economia ainda estava em expansão. De lá para cá, a economia ingressou em forte processo de retração. Por conta disso, os bancos tornaram-se progressivamente mais seletivos em suas estratégias de concessão de crédito. E, em contrapartida, a avaliação dos bancos, por parte das MPE, só piorou. Em 2017, foi registrada o nível mais elevado de ruim/muito ruim da série histórica (54%, contra 51% em 2016, 41% em 2015, 35% em 2014 e 28% em 2013).

Gráfico 35 - De uma forma geral, como o(a) Sr.(a) avalia os serviços de empréstimo/financiamento do sistema bancário no Brasil?

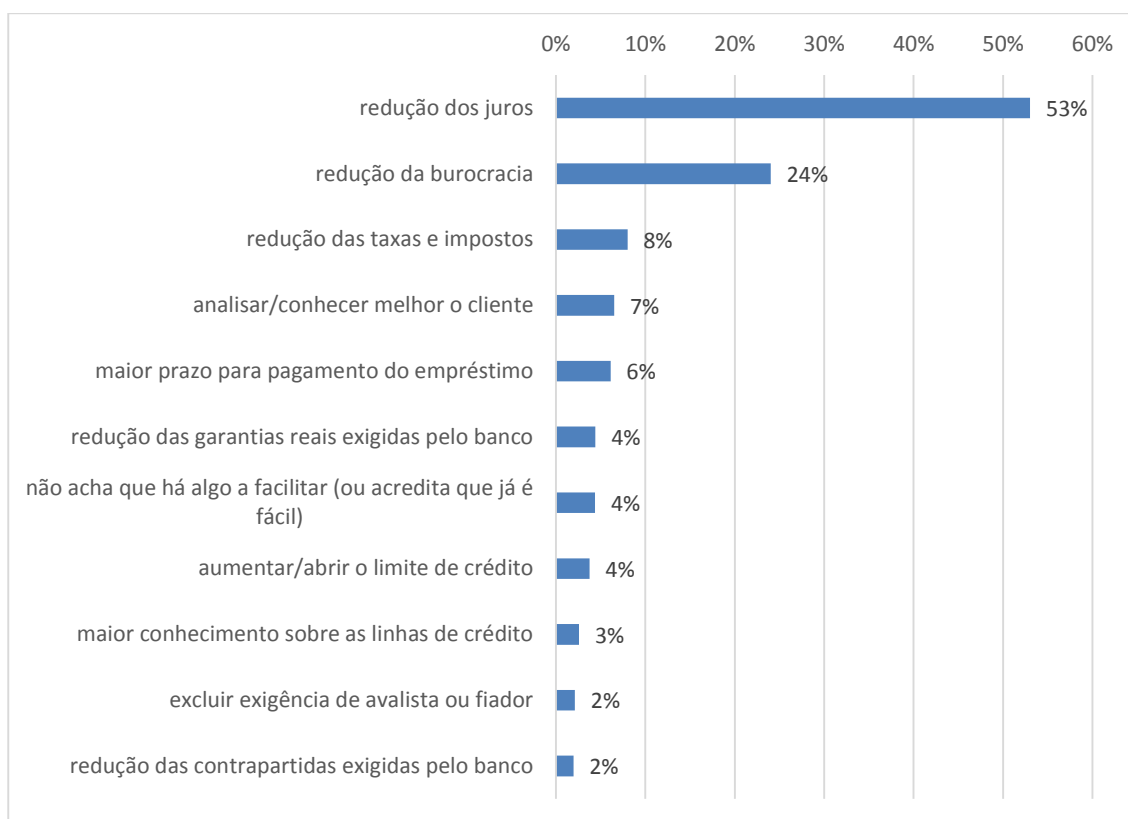


Fonte: Sebrae (2017)

Na avaliação geral dos entrevistados, entre os três principais fatores que poderiam facilitar a aquisição de empréstimos foram (Gráfico 36): a redução dos juros (53%), a redução da burocracia (24%) e a redução de taxas e impostos (8%).

Vale observar que a redução das taxas de juros e da burocracia, são os itens mais citados desde o início da série, em 2013 (Tabela 15). Porém, o item burocracia vem sendo menos citado, a cada ano. Não obstante isso, continua sendo o segundo item mais citado.

Gráfico 36 - O que o(a) Sr.(a) acha que poderia ser feito para facilitar a aquisição de empréstimos/financiamentos? (2017)



Fonte: Sebrae (2017)

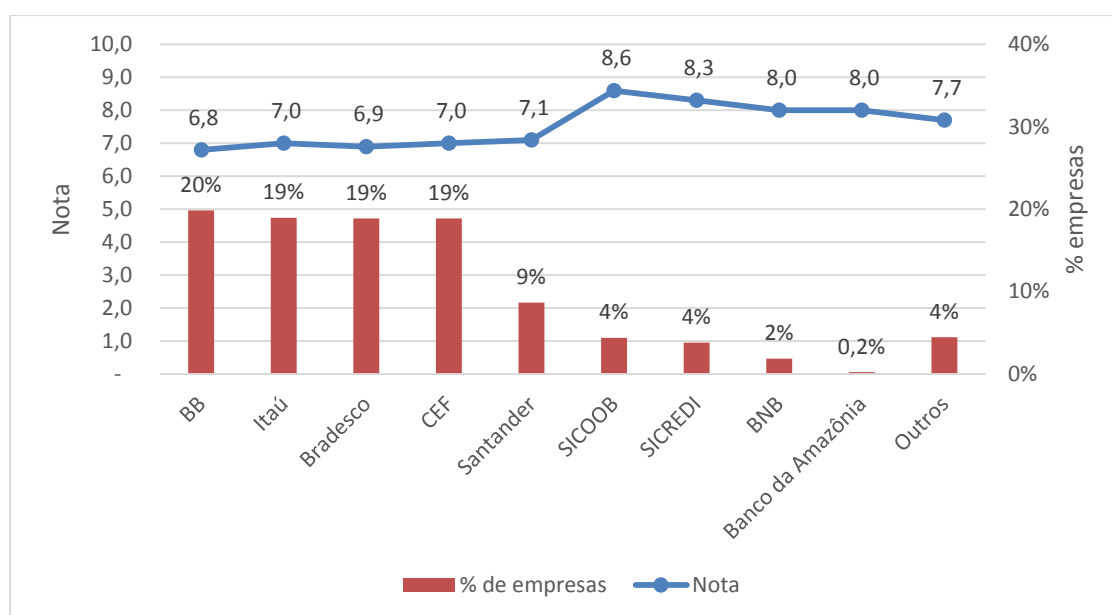
Tabela 15 - O que o(a) Sr.(a) acha que poderia ser feito para facilitar a aquisição de empréstimos/financiamentos? (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
redução dos juros	42%	37%	40%	47%	53%
redução da burocracia	49%	30%	25%	27%	24%
redução das taxas e impostos	6%	7%	6%	9%	8%
analisar/conhecer melhor o cliente	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	7%
maior prazo para pagamento do empréstimo	3%	2%	4%	4%	6%
redução das garantias reais exigidas pelo banco	10%	3%	5%	6%	4%
Não acha que há algo a facilitar	n.d.	10%	7%	6%	4%
aumentar/abrir o limite de crédito	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	4%
maior conhecimento sobre as linhas de crédito	5%	5%	5%	7%	3%
excluir exigência de avalista ou fiador	5%	3%	2%	3%	2%
redução das contrapartidas exigidas pelo banco	n.d.	2%	4%	4%	2%
aceitar outros serviços oferecidos pelo banco	1%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Sebrae (2017)

Ainda segundo a pesquisa do Sebrae, os bancos com maior relacionamento com as MPE são (Gráfico 37): Banco do Brasil (20%), Itaú (19%), Bradesco (19%), CEF (19%), Santander (9%), Sicoob (4%), Sicred (4%) e o Banco da Amazônia (0,2%). Curiosamente, o nível médio de avaliação atribuído pelas MPE aos quatro maiores bancos que atendem este público de empresas é mais baixo que, por exemplo, o das cooperativas de crédito (p.ex. SICOOB com nota 8,6 e SICREDI com nota 8,3) e do BNB (nota 8) e do Banco da Amazônia (nota 8). Isto se explica, provavelmente, pela maior proximidade das cooperativas dos seus clientes (com serviços mais acessíveis, menor burocracia/custo e menores exigências tais como garantias reais e documentos financeiros/fiscais), e o interesse maior em atender os negócios de menor porte.

Gráfico 37 – Banco de maior relacionamento (em % de MPE) e nota atribuída pelas MPE aos serviços prestados pelo banco/instituição



Fonte: Sebrae (2017)

Entre os itens considerados mais importantes para manter um relacionamento com um banco, o mais citado é “informações precisas e corretas disponíveis”, seguido de “linhas de financiamento, produtos e serviços disponíveis e existência de relacionamento pessoal (Quadro 2).

Quadro 2 – O que mais importa em um relacionamento com bancos

- 1º Informações precisas e corretas disponíveis
- 2º Linhas de financiamento, produtos e serviços disponíveis
- 3º Existência de relacionamentos pessoais
- 4º Comodidade e proximidade
- 5º Tempo para obter solicitações de recursos

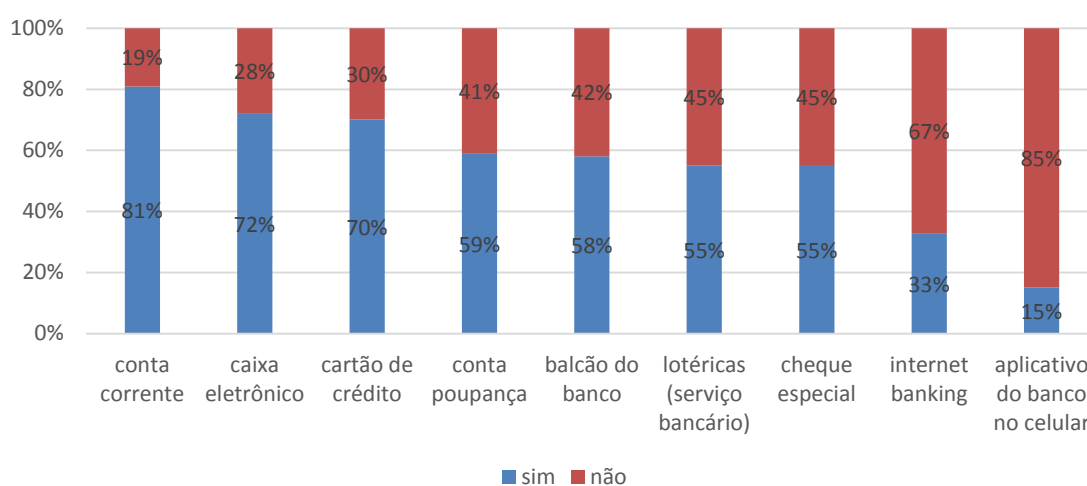
Fonte: Sebrae (2017)

8. RESULTADOS DE OUTROS ESTUDOS E PESQUISAS

8.1- “Hábito de uso de produtos financeiros” como Pessoa Física (2015)

Um dos trabalhos realizados no âmbito da parceria Sebrae/BACEN em 2015 foi a pesquisa “Hábitos de Uso de Produtos/Serviços Financeiros dos Empresários Brasileiros”. O objetivo era identificar como os empresários se relacionam com o Sistema Financeiro, como Pessoa Física (PF). A pesquisa foi realizada com 2.980 empresas (MEI, ME e EPP), por telefone, nos meses de maio e junho de 2015.

Gráfico 38 - Tem ou já utilizou os seguintes produtos/serviços financeiros “básicos”, nos bancos, como PF?



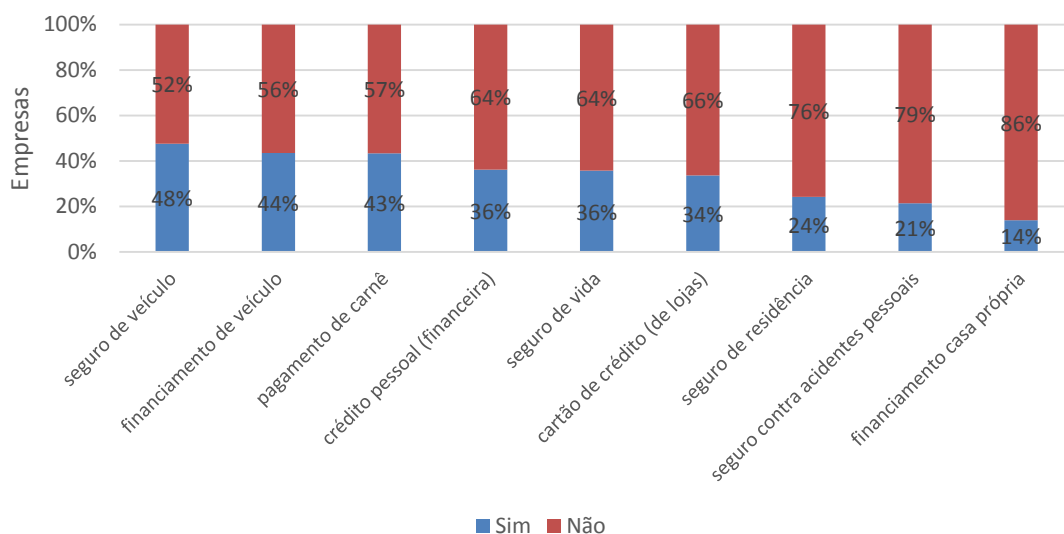
Fonte: Sebrae (2015)

Entre os resultados encontrados (Gráfico 38), verifica-se que os dois principais serviços financeiros utilizados pelos empresários, como pessoa física, foram a conta corrente (81%) e o caixa eletrônico (72%), seguido pelo cartão de crédito (70%), conta poupança (59%), o uso do balcão (58%), serviço bancário nas lotéricas (55%), cheque especial (55%) e em menor medida os serviços digitais internet banking (33%) e o aplicativo no celular (15%). Estes dados mostram que, apesar do avanço na oferta de serviços digitais, as empresas ainda utilizam muito os serviços presenciais. Além disso, os serviços mais utilizados (conta corrente e caixa eletrônico) também se assemelham aos utilizados pelas demais pessoas físicas, nas suas atividades do dia a dia. Em geral, os homens, mais escolarizados e que estão à frente de negócios maiores (EPP) são os que mais utilizam essas opções de serviços. No caso dos serviços bancários “internet banking” e aplicativo do banco em celular, se destacam no seu uso os empreendedores mais jovens, com pós-graduação e que

trabalham no setor de serviços. Curiosamente, a medida em que aumenta a idade dos empresários entrevistados, cai a proporção dos que usam conta poupança, caixa eletrônico, balcão, lotéricas, internet banking e aplicativos de celular, porém, aumenta a proporção dos que utilizam cheque especial.

Quando são analisados os usos de serviços com maior grau de sofisticação, tais como financiamentos e seguros, verifica-se que são proporcionalmente menos utilizados do que os serviços básicos citados anteriormente (Gráfico 39). Entre os seguros, os mais utilizados são os de veículos (48%), seguido pelo seguro de vida (36%), de residência (24%) e contra acidentes pessoais (21%), o que mostra que ainda há um grande espaço para expansão da oferta desses serviços nesse segmento de pessoas. Com relação aos financiamentos, os mais utilizados são os de veículos (44%), uso de carnês em geral (43%), crédito pessoal (36%), os cartões de lojas (34%) e finalmente o financiamento da casa própria (14%).

Gráfico 39 - Tem ou já utilizou os seguintes produtos/serviços financeiros “mais elaborados”, nos bancos, como PF?

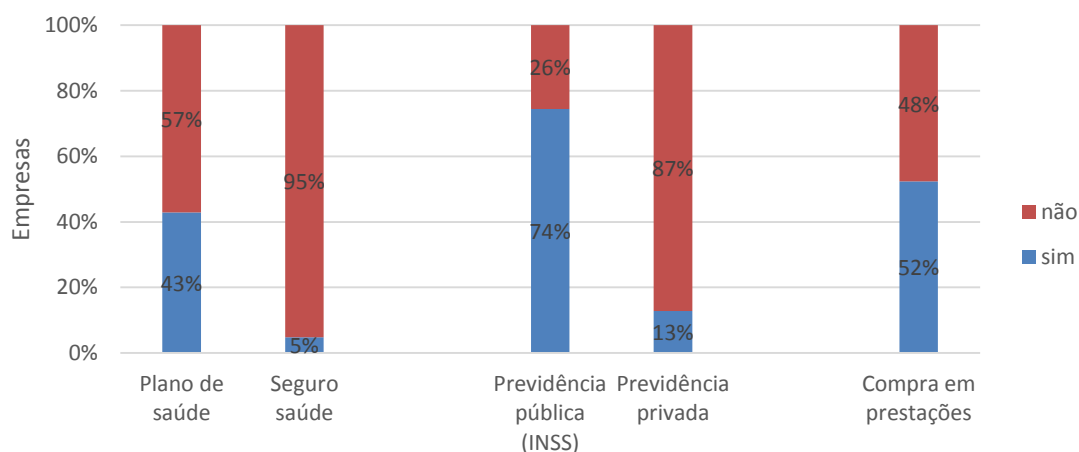


Fonte: Sebrae (2015)

Curiosamente, o uso de seguros é maior entre os homens, cresce com a idade, com o porte do negócio e com a escolaridade/renda dos empresários. A maioria (63%) adquire o seguro no próprio banco, contra 31% que adquire junto a corretores e 12% por outros meios (p.ex. lojas do comércio e internet). Entre os que tiveram de utilizar o seguro, em caso de sinistro, a maioria não teve problemas para utilizar o serviço.

Os planos de saúde são utilizados por 43% dos empresários, como pessoa física, enquanto os seguros saúde são utilizados por apenas 5% (Gráfico 40). Em termos de previdência, 74% contribui para o INSS e apenas 13% tem algum plano de previdência privada.

Gráfico 40 - Tem ou utiliza “outros” produtos/serviços financeiros como PF?



Fonte: Sebrae (2015)

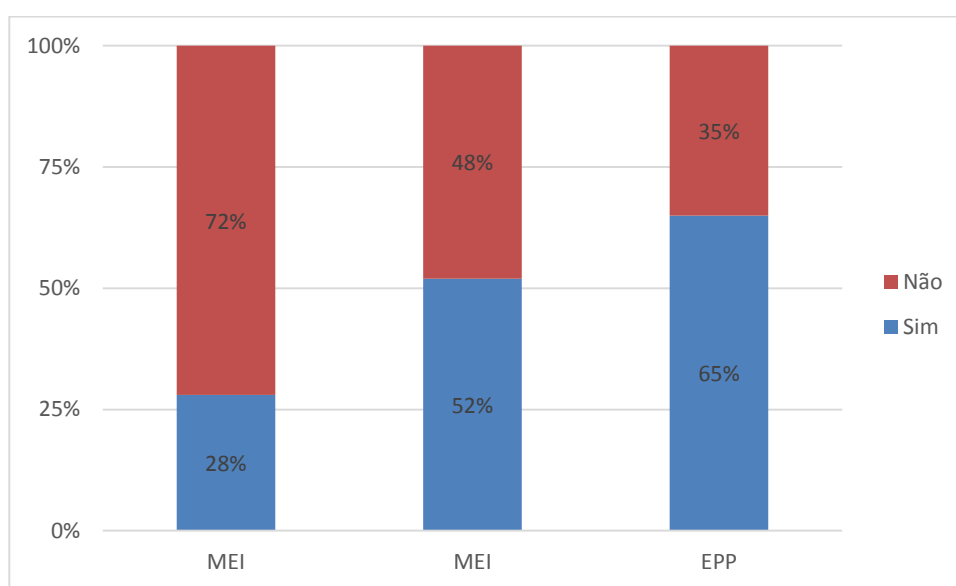
Cerca de 52% realiza compras em prestações. Eletrodomésticos, roupas/calçados, eletroeletrônicos, veículos e celulares são os itens mais citados nas compras a prazo. 2/3 dos empresários compram em até 10 prestações e o valor médio da última prestação paga foi de R\$580,00. A pesquisa mostra também que 4 em cada 10 empresários conseguiu economizar algum recurso nos 6 meses anteriores à pesquisa, e que a aplicação em poupança foi a mais utilizada. Cerca de 42% aplicaram nessa opção, seguida pelo investimento em imóveis, com 16%, e o investimento no próprio negócio citado por 15% dos entrevistados. Estes dados estão em sintonia com a média das pessoas físicas, visto que a poupança é a aplicação preferida dos brasileiros³⁰. Finalmente, quando perguntado se os empresários dispusessem de um recurso extra, em torno de R\$20 mil, onde aplicaria tal recurso, a aplicação no negócio próprio assumiu a primeira colocação (com 27%), os imóveis ficaram em segundo (com 26%) e a poupança ficou em terceiro (com 18%). Isso mostra que, em certa medida, o investimento no negócio próprio é visto como um “substituto próximo” à aplicação em poupança.

³⁰ A Pesquisa de Risco e Intenção de Endividamento (PRIE), da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP), mostra que a poupança lidera a preferência das famílias quando se trata de aplicações financeiras. Em junho de 2017, 59% dos aplicadores tinham na poupança o principal destino dos seus recursos. Isto parece estar associado ao fato de ser um investimento simples, que não exige valor mínimo, é sem burocracia e livre de impostos e taxas (“Poupança ainda é a opção de investimento preferida”, A Tribuna, Vitória, Espírito Santo, 22/01/2017).

8.2- “Máquina de cartão” (2016)

Um segundo trabalho realizado pelo Sebrae associado ao tema financiamento foi a pesquisa “Máquina de Cartão”, realizada em setembro de 2016, com 3.803 empresas (MEI, ME e EPP). O objetivo era conhecer os motivos que levam os empresários a utilizar máquinas de cartão de crédito/débito/recebíveis, assim como as vantagens e os problemas enfrentados. Como vimos no capítulo 1 deste relatório, o uso de maquininhas como serviço financeiro de pagamento, é um dos que mais cresceu, entre 2007 e 2016 (expansão de 80% acumulada ou 6,7% a.a.).

Gráfico 41 – Uso de maquininhas pelas MPE (2016)



Fonte: Sebrae (2016)

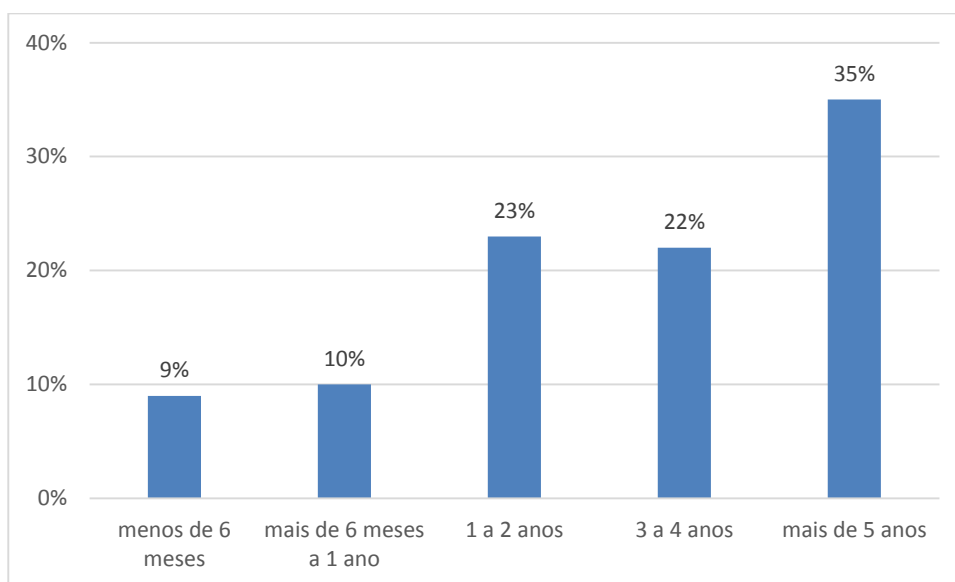
Segundo a pesquisa, 39% das MPE já utilizam as maquininhas, sendo que a proporção de uso cresce com o porte (Gráfico 41): 28% dos MEI utilizam, 52% das ME utilizam e 65% das EPP utilizam. O uso é mais frequente no comércio (52% utilizam, contra 33% nos serviços e 20% na indústria).

Entre os que não utilizam ainda (61%), as razões mais alegadas para não usar são “preferem outras formas de recebimentos” e “considera alta a taxa de desconto”, o “baixo volume de vendas do negócio” e considera alto o custo da mensalidade ou da compra da máquina”. Ainda neste grupo dos não usuários, a pesquisa identificou que o uso, nesse grupo de empresas, poderia ser estimulado se houvesse apenas uma maquininha que aceite todos os cartões, se o repasse do valor das vendas fosse em um prazo menor, se houvesse uma redução dos custos de compra ou aluguel/manutenção das maquininhas e uma redução nas taxas de desconto dos pagamentos

(entre os que utilizam as máquinas a taxa de desconto média é de 3% no débito, 4% no crédito e 5% nos recebíveis).

O uso também é relativamente recente, para a maioria. Em média, as MPE utilizam há menos de 4 anos essas maquininhas e quase $\frac{3}{4}$ das empresas utilizam apenas 1 maquininha (Gráfico 42). Entre as vantagens do uso das máquinas, os empresários citam o aumento das vendas/faturamento, a redução da inadimplência dos clientes, a segurança (por não ficar com dinheiro em caixa) e a satisfação do cliente. Como desvantagem, é citado o tempo gasto no controle diário do caixa. Outro problema citado na pesquisa são os problemas de conexão, o que sugere a necessidade de um aperfeiçoamento do sistema.

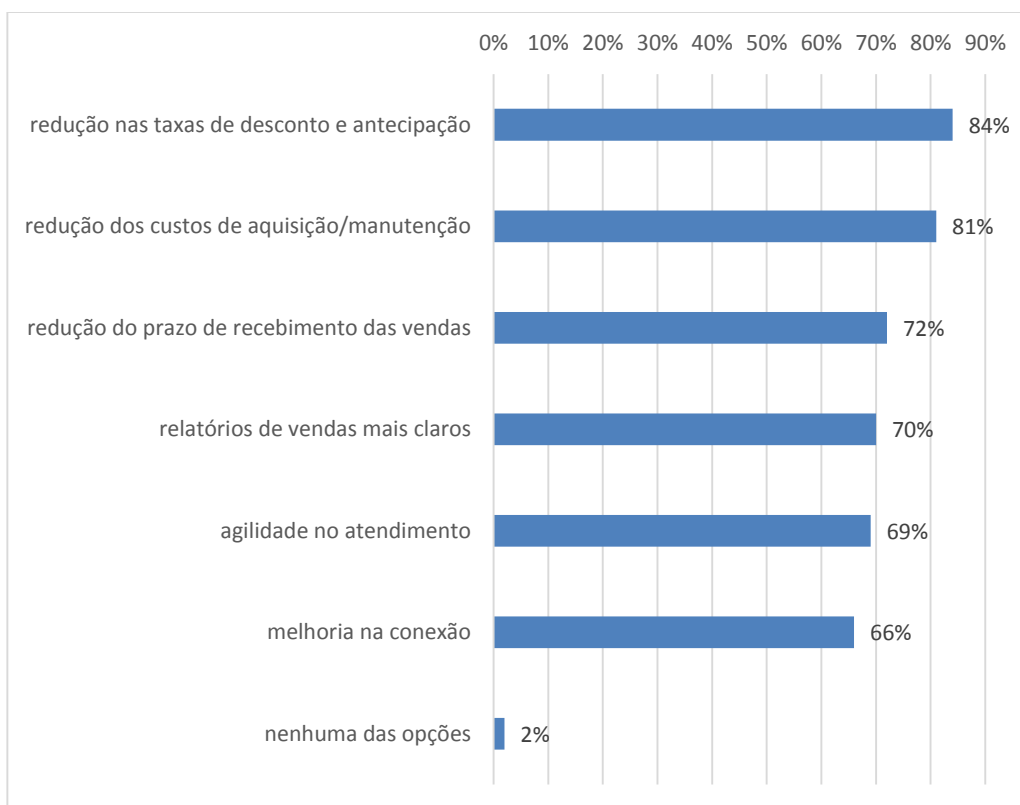
Gráfico 42 – Há quanto tempo utiliza máquina de cartão na empresa



Fonte: Sebrae (2016)

Assim, entre as ações de melhoria que as operadoras de maquininhas deveriam dar maior atenção estão fatores de ordem econômica (Gráfico 43), tais como a redução de taxas de desconto, dos custos de comprar e manter, dos prazos de recebimentos e a melhora na qualidade de serviços (relatórios mais claros, maior agilidade no atendimento e melhora de conexão).

Gráfico 43 – Melhorias nos serviços prestados pelas maquininhas que considera mais importantes



Fonte: Sebrae (2016)

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste relatório é apresentar uma análise sobre os dados da última pesquisa do Sebrae sobre como os Pequenos Negócios se financiam, realizada em 2017. As MPE, no entanto, estão inseridas em um contexto mais amplo do mercado financeiro internacional, que é aqui analisado, de forma preliminar, com base em dados e estudos e disponibilizados por organizações diversas, nacionais e internacionais.

Assim, com base nos dados do Fórum Econômico Mundial e do FMI, no Brasil, verificou-se aqui que os bancos podem ser considerados instituições relativamente sólidas e rentáveis. Além disso, o acesso a serviços de pagamentos disponibilizados por meio físico (agências, postos de atendimento e ATM) e digital (internet) são relativamente abundantes. Nos últimos dez anos, por exemplo, o ritmo de expansão de postos de atendimento chegou a crescer 5% a.a., o uso de maquininhas chegou a crescer 11% a.a. e as operações bancárias por meio da internet chegaram a crescer 21% a.a.. Não obstante isso, o acesso efetivo da população e das empresas à serviços financeiros, em si, em especial a empréstimo bancário tradicional, é considerado difícil e/ou caro.

A relação crédito/PIB também apresentou expansão, particularmente, entre 2007 e 2015. Em boa parte, como resultado de política anticíclica levada à cabo pelo governo federal, com forte expansão do crédito dos bancos oficiais, pelo menos até meados de 2014. Com a recessão, no entanto, houve uma regressão nesses indicadores, em especial, nos últimos 2 anos. Como resultado, ainda que tenha havido uma retração dos indicadores por conta da recessão, o Brasil conseguiu chegar a uma posição mais favorável que a maioria dos países da região da América Latina e Caribe, por exemplo, na relação Crédito/PIB.

A despeito disso, a participação dos Pequenos Negócios no total dos empréstimos bancários, que costuma ser relativamente baixa em todo mundo, também no Brasil se encontra nessa situação. No 1º trimestre de 2017, no Brasil, as MPE respondiam por apenas 14% da carteira de crédito ativa dos bancos. E, entre o 4º trimestre de 2014 e 1º trimestre de 2017, o volume total de crédito concedido às MPE caiu 36% (já descontada a inflação), contra queda de 23% no grupo das médias empresas e 15% nas grandes empresas.

Entre os bancos que mais se destacam na concessão de crédito às MPE estão o BNDES (por meio de sua rede de agentes financeiros credenciados), o Bradesco, Santander e Itaú, no setor bancário privado, e o Bestes e o BNB, entre os bancos públicos. Juntos estas instituições respondem por 81% dos recursos emprestados às MPE. BB e CEF também desempenham importante papel, porém, mais como repassadores de recursos do BNDES do que com recursos próprios. Apesar da

queda do volume de crédito concedido às MPE nos últimos 3 anos, verifica-se que existem instituições financeiras que apresentaram crescimento nos empréstimos concedidos a este segmento de empresas. São exemplos as cooperativas de crédito, algumas agências de fomento e alguns bancos privados (p.ex. Santander). Isto mostra que a expansão do crédito às MPE depende da estratégia específicas dos bancos, para este segmento de empresas. Deve-se destacar, inclusive, que o próprio repasse dos recursos do BNDES às MPE esbarra, muitas vezes, nas políticas de concessão de crédito dos agentes repassadores, mais do que na disponibilização de recursos do próprio BNDES.

Dentro deste contexto, segundo a pesquisa do Sebrae, as formas de financiamento mais utilizadas eram e continuam sendo os instrumentos de crédito comercial: pagamento de fornecedores a prazo e uso do cheque pré-datado. A pesquisa mostra ainda que todas as alternativas de financiamento das MPE, e não apenas o crédito bancário, apresentaram retração, entre 2013 e 2017, exceto o “dinheiro de amigos e parentes” e “outros recursos financeiros”.

Junto aos bancos, os instrumentos mais utilizados são o cheque especial e o cartão de crédito empresarial. Alternativas que, em geral, estão entre as mais caras oferecidas pelo sistema financeiro. Os empréstimos tradicionais em bancos comerciais, que já era baixo, caiu bastante nos últimos anos. Assim, as MPE tem se financiado, principalmente, com capital próprio, negociação de prazos com fornecedores, cheque pré-dato e cheque especial e cartão de crédito. Isso mostra que, na maioria dos casos, existe um *gap* entre o que os bancos oferecem e aquilo que as MPE gostariam de acessar na área do crédito. Os empréstimos tradicionais em bancos comerciais são considerados caros e difíceis de serem obtidos, por conta, por exemplo, do excesso de burocracia (p.ex. documentos fiscais e financeiros) e de garantias reais que são exigidos dessas empresas.

Muitas empresas de micro e pequeno porte também não conseguem empréstimos, por serem muito novas, muito pequenas e/ou não terem histórico de relacionamento com os bancos.

Por outro lado, entre as próprias MPE existe uma parcela importante que tem aversão a tomar empréstimos, por que não gostam de tomar empréstimos, não confiam na política econômica, ou pela já esperada burocracia e o custo dos empréstimos.

Portanto, o *gap* entre bancos e as MPE não apenas é grande, como vem aumentando nos últimos anos. Em 2017 a avaliação das MPE sobre os serviços de empréstimo/financiamento do sistema bancário no Brasil foi a pior dos últimos 5 anos. Cerca de 54% das MPE classificou como ruim ou muito ruim esses serviços. As principais reclamações são os juros altos e a burocracia. Entre as instituições financeiras mais bem avaliadas pelas MPE se destacam as cooperativas de crédito, que são consideradas mais acessíveis, menos burocráticas e mais baratas. Isto mostra que as

alternativas tradicionais de crédito disponibilizadas pelo setor bancário às MPE não estão dando conta da necessidade desse grupo de empresas. E novas alternativas de financiamento precisam ser pensadas e estimuladas.

Anexo 1 – Indicadores novos do BACEN sobre as MPE

Está previsto para ser lançado, pelo BACEN, nos próximos meses, um conjunto de indicadores de crédito para os Pequenos Negócios, por porte: MEI, ME e EPP (conforme exposto no Quadro 1). Até o momento da finalização da edição do presente relatório, estes indicadores não estavam disponíveis. A análise desses indicadores poderá ser feita, em breve, em trabalho específico.

Quadro 3 – Resumo sobre os indicadores de crédito do BACEN sobre MEI, ME e EPP (2017)

Inclusão Financeira
Relacionamento com o SFN
Cliente
Microempreendedor Individual (MEI)
Crédito
Pessoa jurídica (dados por porte: MEI, ME e EPP)
Saldo de crédito (*)
Taxa de inadimplência (**)
Taxa de juros (***)
Garantias por tipo
Microempreendedor Individual (MEI)
MEI na pessoa jurídica
Saldo de crédito (*)
Concessão de crédito à pessoa jurídica no ano
Taxa de inadimplência (**)
Taxa de juros (***)
Garantias por tipo
MEI na pessoa física
Saldo de crédito (****)
Taxa de inadimplência
Taxa de juros
MEI na pessoa jurídica e na pessoa física
Microcrédito

Fonte: BACEN.

Nota: (*) quantidade de operações, de clientes, valor médio das operações, valor por faixa de valor, por prazo, região, UF, origem dos recursos, modalidade de crédito, segmento concedente. (**) por idade da empresa, região, UF, origem dos recursos e modalidade de crédito. (***) por origem dos recursos, por modalidade de crédito, por segmento concedente e diferença em relação às grandes empresas. (****) por região, UF, modalidade de crédito, por faixa de renda e por modalidade de crédito.

